

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

GIOVANA MAZZONI ARMANDO SANT'ANNA

**O INDIANISMO EM JOSÉ DE ALENCAR E MÁRIO DE ANDRADE:
A interpretação da nação brasileira**

Brasília - DF
2019

GIOVANA MAZZONI ARMANDO SANT'ANNA

O INDIANISMO EM JOSÉ DE ALENCAR E MÁRIO DE ANDRADE:
A interpretação da nação brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção de título de
Bacharel em Ciências Sociais (Sociologia)
pela Universidade de Brasília (UnB).

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Dimitrov

Brasília - DF
2019

GIOVANA MAZZONI ARMANDO SANT'ANNA

O INDIANISMO EM JOSÉ DE ALENCAR E MÁRIO DE ANDRADE:
A interpretação da nação brasileira

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a
Universidade de Brasília, como parte das
exigências para a obtenção do título de
bacharel em Ciências Sociais/Sociologia.

Local, ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Eduardo Dimitrov
Orientador

Prof. Mariza Veloso Motta Santos
Avaliadora

Resumo.....	2
Abstract.....	3
Introdução.....	4
Objetivos.....	6
Metodologia.....	7
1. As teorias do nacionalismo.....	8
2. A literatura brasileira.....	21
1.1. O Romantismo de José de Alencar.....	27
1.2. O Modernismo de Mário de Andrade.....	35
Considerações finais.....	43
Bibliografia.....	47

Resumo

O presente trabalho analisa as obras *O Guarani*, de José de Alencar, e *Macunaíma*, de Mário de Andrade, a partir de uma perspectiva crítica que busca compreender como se representou a identidade nacional brasileira. A comparação das obras permitiu evidenciar as diferenças entre o Indianismo do Romantismo e do Modernismo. O trabalho é dividido em duas partes: na primeira, é feita a revisão bibliográfica para entendimento do surgimento e desenvolvimento dos Estados-nação modernos; na segunda, é feita a ligação com o tema da literatura, com duas subdivisões, uma para cada obra selecionada, de modo a detalhar suas características e realizar uma comparação, visando entender como representam a identidade nacional.

Palavras-chave: identidade nacional; nação; modernismo; romantismo; literatura brasileira.

Abstract

The present work analyses the book *O Guarani*, by José de Alencar, and *Macunaima*, by Mário de Andrade, based on a critical perspective that aims to understand how the Brazilian national identity was represented. The comparison between the books showed the differences between Romanticism and Modernist's Indianism. The work is divided in two parts: the first one is a bibliographic revision to understand the emergence and development of modern state-nations; in the second one, a connection with literature is made, accompanied by two subdivisions, one for each selected book, to detail their characteristics and make a comparison, intending to show how they each represent national identity.

Keywords: national identity; nation; modernism; romanticism; Brazilian literature.

Introdução

O Estado-nação moderno é um fenômeno particularmente novo. A partir de antigos agrupamentos e comunidades, as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas na Europa acabaram por modificar a forma de organização dos países, criando o que hoje entendemos por nações e, conseqüentemente, as identidades nacionais. Essas nações são, seguindo o conceito de Anderson (2017, p.30-32), “comunidades politicamente imaginadas”, limitadas, soberanas, e com consciência da comunhão viva entre seus membros.

A partir deste entendimento, surgiram questões que deram origem ao presente trabalho: como se desenvolveu o conceito de nação e a identificação do povo com a mesma? Como ocorreu o desenvolvimento da nação brasileira? Isso pode ser percebido na literatura nacional? Como ela representou, em diferentes períodos, as diferentes percepções do que seria o Brasil, como nação concreta e como identidade para seus membros?

Essas questões amplas levaram à delimitação de tópicos a serem tratados com maior atenção: o desenvolvimento histórico e os processos que levaram ao Estado-nação moderno, a partir de uma revisão bibliográfica, para melhor entender como a literatura pode se relacionar ao tema; a escolha de dois períodos literários, o Romantismo e o Modernismo, a partir da leitura de *O Guarani*, de José de Alencar, e *Macunaíma*, de Mário de Andrade, respectivamente, tomando-os como representantes do entendimento da identidade nacional em seus contextos históricos.

O Romantismo desenvolveu-se a partir da “aspiração de fundar em um passado mítico a nobreza recente do país”, que, apesar de independente, continuava com muitas das estruturas e instituições do passado colonial, como a escravidão e a monarquia (BOSI, 2017, p.96). O Modernismo, por sua vez, representou uma “crítica global às estruturas mentais das velhas gerações e um esforço de penetrar mais fundo na realidade brasileira”, buscando uma visão do Brasil diferente dos antepassados românticos (2017, p.354).

Eles foram selecionados por serem marcos importantes na história brasileira: enquanto o Romantismo parte da realidade após a independência, sendo a primeira construção verdadeiramente nacional, o Modernismo rompe com a visão clássica, indo além das limitações impostas pelas perspectivas eurocêntricas até então presentes nas artes.

Espera-se que, a partir das discussões aqui abordadas e da análise das obras citadas, seja possível perceber como a identidade nacional brasileira foi construída também na literatura, de modo a melhor compreender o desenvolvimento do Brasil como nação.

Para o desenvolvimento do trabalho será realizada uma pesquisa bibliográfica, através de uma leitura ampla de obras e artigos que tratam da identidade nacional, dos livros selecionados para análise (*O Guarani* e *Macunaíma*), assim como de textos que relacionam a literatura com a construção identitária. A partir disso, serão detalhados os conteúdos visitados, para então buscar, nas obras literárias, os elementos que espera-se mostrar como parte de uma narrativa nacionalista do Brasil.

O trabalho está dividido em duas partes principais: primeiro, a revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento das nações e da identidade nacional; em seguida, uma parte que relaciona essas teorias com a literatura, para então analisar, individualmente, os reflexos da identidade nacional brasileira nas literaturas romântica e modernista, envolvendo uma comparação entre as duas.

Objetivos

O objetivo principal do trabalho é demonstrar a forma como o Romantismo brasileiro, a partir de *O Guarani* (1857), de José de Alencar, colaborou na produção de uma identidade nacional que ainda se formava nas décadas seguintes à independência, para então comparar com as percepções identitárias em *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, que buscou se opor, junto do Modernismo, às noções clássicas e europeizadas do que seria o Brasil.

Serão considerados, para a análise, os elementos vistos como centrais para a formação da identidade do Estado-nação — a partir da noção de *checklist identitária* de Thiesse (2001), envolvendo, entre outras, características como construção de herói nacional e paisagem —, as características dos respectivos movimentos literários, e o próprio contexto histórico dos autores, partindo da perspectiva de que tiveram influência nas obras escolhidas. Nos textos selecionados dar-se-á atenção especial ao *indianismo*, presente em ambos os movimentos literários delimitados, visto que ele serviu como “passado mítico e lendário” e como “passado histórico” para a literatura nacional (CANDIDO, 2000b, p.20).

Pretende-se, também, realizar uma revisão literária acerca do fenômeno histórico do desenvolvimento das nações modernas, já estudados por outros autores, selecionados como base teórica para o presente trabalho, com foco particular nos Estados europeus. Além disso, espera-se que, com a análise e comparação do Romantismo e do Modernismo sob estes aspectos, seja possível perceber como as noções identitárias foram mudando de acordo com os contextos históricos.

Metodologia

A fim de realizar uma análise sobre o desenvolvimento dos Estados-nação modernos, e sua conseqüente identidade nacional, foi realizada a leitura de textos consagrados na área de pesquisa sobre o nacionalismo, como referência inicial. Esses textos serviram de base teórica e bibliográfica para o presente trabalho.

A escolha foi feita por aqueles autores com maior relevância para a compreensão teórica do surgimento das nações modernas, de modo a aplicar seus conceitos ao Brasil e entender o reflexo desse fenômeno na literatura, incluindo, entre eles, Anderson (2017), Hobsbawm (2016, 2017), Gellner (1983) e Thiesse (2001).

Como o objetivo principal da pesquisa é compreender o modo pelo qual a identidade nacional brasileira e seus mitos são espelhados e representados na literatura nacional, foram escolhidos dois autores de diferentes períodos literários para realizar uma comparação entre suas formas de descrever o Brasil e seus elementos: José de Alencar (1829-1877), representante do Romantismo e Mário de Andrade (1893-1945), do Modernismo, considerados pela crítica literária escritores importantes de seus respectivos movimentos culturais nacionais (BOSI, 1997).

Desses autores, foram selecionadas as obras *O Guarani* (1857), de Alencar, e *Macunaíma* (1928), de Andrade, a fim de aprofundar uma interpretação centrada no fenômeno do indianismo, que, em ambas as produções, mostram o personagem central indígena como o grande representante da identidade nacional brasileira.

Dessa forma, após a leitura das obras selecionadas, foi realizada uma análise comparativa para explicitar a presença dos elementos teóricos do nacionalismo refletidos na literatura brasileira, buscando assim, demonstrar a importância fundamental da literatura na disseminação de mitos identitários entre a população, além de seus papéis como documentos históricos ao refletirem o contexto de suas épocas.

1. As teorias do nacionalismo

A fim de realizar uma comparação entre obras literárias produzidas no Brasil em períodos marcantes de sua história, para ser possível entender como a teoria acerca do nacionalismo, da identidade nacional, e da formação do Estado-nação moderno se relacionam com a experiência brasileira, aqui desenvolve-se uma revisão bibliográfica extensa de algumas obras consideradas essenciais para o entendimento dos conceitos utilizados.

Para entender os “últimos dois séculos da história humana”, é essencial ter em mente o conceito de “nação”, afirma Hobsbawm (2016b, p.9). A nação moderna foi criada em período recente, e é “fundamental e básica para a existência social de seus membros e mesmo para sua identificação individual” (2016b, p.13). Gellner (1983, p.5-6) afirma que, apesar de parecer algo natural, “*inherent attribute of humanity*”, a nação foi criada e feita para funcionar desse modo.

Hobsbawm define a nação como “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma ‘nação’” (2016b, p.17), dando origem à noção de *nacionalismo*, que, segundo Ernest Gellner, sustenta que a “unidade política e nacional deve ser congruente” (2016b, p.18).

Para ele, o nacionalismo, apesar de se mostrar assim, não é o “despertar de uma força latente”, mas na realidade a consequência de uma série de transformações na organização social, baseada na internalização de culturas através do ensino, protegido por um Estado. Essa cultura pode utilizar características de outras culturas pré-existentes, mas as nações em si não são naturais, e passam por um processo de criação (GELLNER, 1983, p.48-49).

Anderson, em seu clássico *Comunidades Imaginadas* (2017), lança o conceito de *comunidade imaginada* para explicar o que seria a *nação*, complementando os estudos aqui discutidos:

[...] dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. (2017, p.32)

Ele então explica as características dadas a essa comunidade:

Ela é *imaginada* porque mesmos os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.

[...] *limitada* porque mesmo a maior delas [...] possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. (2017, p.33)

E, por fim, *soberana* porque o conceito de nação “nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina.” (2017, p.34). Esse período, o século XVIII, na Europa, é o início da “era do nacionalismo”, e o fim dos modos de pensamento religiosos, graças à secularização proporcionada pelos ideais iluministas (ANDERSON, 2017, p.35).

Tal ideia de *comunidade* pode ser complementada pela visão de Gellner (1983, p.7) que entende a necessidade de indivíduos da mesma nação se reconhecerem como pertencentes ao mesmo grupo:

[...] dois homens são da mesma nação se, e somente se, reconhecem o outro como pertencentes da mesma nação. Em outras palavras, as nações fazem o homem [...] é seu reconhecimento um do outro como companheiros que então os transforma em uma nação. (tradução minha)

Assim, torna-se necessário que desenvolva, entre a população de um Estado, o sentimento de não só pertencer a um grupo, mas um grupo que se reconheça como tal, com cultura, instituições, língua e passado compartilhados — que exista uma verdadeira *identidade* para os Estados-nação modernos, e que seja forte o suficiente para dismantelar as antigas relações e criar novas (THIESSE, 2003, p.26).

A questão da *identidade nacional* e do *nacionalismo* encontra-se na “intersecção da política, tecnologia e transformação social”, perpassando o contexto histórico de desenvolvimento econômico e tecnológico, sendo necessário que ocorram transformações sociais para tal, como a disseminação da imprensa e a educação em massa para a padronização linguística (HOBSBAWM, 2016b, p.19), tema central para então considerar-se a literatura.

Para Hobsbawm (2016b, p.34-35), apesar do papel claro da língua,

[...] não era o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um francês [...] e sim a disposição de adotar a língua francesa junto com outras coisas como as liberdades, as leis e as características comuns do povo livre da França.

Dessa forma, é essencial que, junto desse elemento que tão claramente identifica a origem dos indivíduos, ocorra também a “construção de listas com critérios de existência de nações potenciais ou reais”, de forma a legitimar a composição da nação pelo povo específico (HOBSBAWM, 2016b, p.37).

Thiesse (2001, p.14) foi quem mais desenvolveu a noção dessa *lista*, com sua ideia de *checklist identitária*. Para a autora, todo o processo de formação identitária consiste em determinar a herança de cada nação e disseminá-la entre seu povo, sendo necessário levantar elementos para elaborar essa identidade nacional. Os itens essenciais, comuns a todas as nações modernas, são:

- a) uma história estabelecendo continuidade com os ancestrais;
- b) uma série de heróis representando as virtudes nacionais;
- c) uma língua;
- d) monumentos culturais;
- e) um folclore;
- f) uma paisagem típica;
- g) uma mentalidade particular;
- h) representações oficiais, como hino e bandeira; e
- i) identificações pitorescas, como roupas, culinária e animais típicos.

Essa lista inclui as categorias essenciais para a construção de nações e suas identidades, sendo comum a todas as identidades nacionais, apesar de suas distinções particulares dentro de cada categoria. É necessário, assim, que exista uma história que conecte o passado distante com o presente, sua língua própria, heróis e monumentos, museus (*"places of memory"*), folclore e mesmo paisagens típicas, através do esforço de artistas, escritores e cientistas (THIESSE, 2003, p.27).

A Europa exportou essa *checklist* através da colonização de outros territórios, e Portugal impôs seu modo de organização social, política e institucional, que auxiliou na formulação do que veio a ser conhecido como Brasil. Para que tal lista funcione na formação da identidade, é necessário que o sentimento nacional seja ensinado, enfatizando então a importância da educação pública para tal finalidade, internalizando entre os indivíduos, que se tornam *cidadãos* partes de uma nação, naturalizando uma percepção de pertencimento inventada. (THIESSE, 2001, p.14-15).

Para Hobsbawm e Ranger (2017, p.8), os elementos envolvidos nessa lista para formar a identidade nacional partem da noção de *tradição inventada*, conceito que definem como:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas;
[...] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

Ou seja, mesmo que de formas diferentes, ambos os autores concordam que é essencial que a identificação seja formulada e então disseminada entre o povo. A relação estabelecida com esse passado é artificial, buscando dar continuidade à nação que surge em uma era moderna que passa por transformações econômicas e sociais (HOBSBAWM; RANGER, 2017, p.8).

O processo de invenção passa por um “processo de formalização e ritualização”, modificando e institucionalizando quaisquer tradições antigas que sejam mantidas, inventando uma continuidade histórica e símbolos para identificar o Estado-nação, como o hino nacional, a bandeira, e a própria personificação da nação, através de imagens oficiais (HOBSBAWM; RANGER, 2017, p.11-14).

Essas tradições inventadas serviram para estabelecer comportamentos “modernos” nas colônias, criando uma nova realidade para os povos que foram dominados pelos europeus, além de servirem para a manutenção da hierarquia estabelecida, construindo uma sociedade verdadeiramente nova (HOBSBAWM; RANGER, 2017, p.271).

Na Europa, essencialmente serviram como instrumentos para assegurar a identidade e a coesão social, já que a realidade europeia passava por fortes transformações que destruíam os laços comunitários antigos, sendo necessário uma nova repercussão popular para mobilizar aqueles que viravam *cidadãos*. O Estado foi o grande responsável por esse processo, conectando as tradições inventadas àquelas que foram mantidas na sociedade, definindo as características da nova identidade (HOBSBAWM; RANGER, 2017, p.334).

O Estado centralizado é essencial para essa trajetória de transformação, já que a padronização da administração centralizada auxilia na formulação de leis, que necessitam de uma língua comum, educação e alfabetização, conectando assim o papel do governo estatal com a sociedade civil na modernidade (HOBSBAWM; RANGER, 2017, p.335).

Isso também se relaciona com a noção de *democracia*, já que com as novas ideias tornou-se necessário uma nova forma de controle, na perspectiva de Hobsbawm

(HOBSBAWM; RANGER, 2017 p.338-339), a fim de manter a estrutura e ordem social com a legitimação do poder a partir da identidade nacional. O nacionalismo “tornou-se um substituto para a coesão social”, através de *tradições coesivas e autorrepresentações coletivas* (2017, p.376).

Tal processo se relaciona com a transformação econômica pela qual a Europa como um todo passou, pela Revolução Industrial e a consequente transformação dos modos de produção, expansão dos mercados, intensificação de trocas comerciais e as mudanças sociais acarretadas, como o surgimento de novos grupos sociais que precisavam ser organizados de forma coesa pelo Estado (THIESSE, 2001, p.15).

A nação como entidade surge como criadora de coesão e solidariedade, estabelecendo uma filiação de seus membros com o grupo, através da formulação de elementos essenciais descritos na *checklist*. Inicialmente, busca-se designar ancestrais, em um esforço antropológico de explorar o território para encontrar uma *cultura primitiva*, no sentido de antiguidade (THIESSE, 2001, p.16-21).

Isso perpassa a subversão ideológica da legitimidade do poder político, que então passa a ser exercido pelo povo em novos modelos de representação. Assim como Hobsbawm afirma, analisando a concepção de democracia, Thiesse (2001, p.21) entende que a nação surge com essa transferência.

Com isso, há também a mudança na legitimidade cultural (histórica, geográfica e social), através da formulação de uma nova teoria de cultura, colocando o *nacional* como *princípio criativo da modernidade* (2001, p.23). O povo dessa nação em formação seria o próprio depositário da cultura nacional, vindo a cultura diretamente dos cidadãos (2001, p.36-37).

A cultura popular, que vem do grupo, deve receber dignidade como “conservatório do patrimônio coletivo”, de forma a mostrar uma *unidade* com a suposta abolição de diferenças e privilégios que existiam no regime até então existente na Europa, o absolutismo com forte divisão hierárquica.

O povo, mais especificamente o camponês, representaria, na Europa, a “expressão mais autêntica” da conexão que a nação teria com seu território, e seus costumes funcionariam como vestígios de uma cultura ancestral, tornando-se símbolos do novo Estado-nação e ligando-o com um passado distante (THIESSE, 2001, p.161). Os camponeses funcionavam

como um “*living museum of national origins*”, para todas as nações europeias (THIESSE, 2003, p.31).

Diferentemente da realidade europeia, no Brasil, ex-colônia portuguesa, não havia uma associação direta com um passado distante; houve um processo de construção de identidade que, a partir do Romantismo, selecionou o indígena como elemento central para dar *ancestralidade e origem* ao novo país em formação.

O trabalho da elite acadêmica foi essencial para que se formulasse um entendimento de *tradições*, criando coletâneas folclóricas para indicar o que definiria cada povo (THIESSE, 2001, p.50-57). São esses que lutam diretamente contra o absolutismo, caminhando em direção ao liberalismo democrático europeu que deveria, necessariamente, dar coesão ao grupo através da formulação de elementos que o permitissem se entender como grupo, como *nação* (2001, p.64).

Essa formulação perpassou a própria questão da língua, um dos elementos essenciais para que ocorresse a identificação do grupo social com seu novo Estado-nação. Ao final do século XX, as nações europeias são já dotadas de línguas nacionais bem identificadas, com padronização a partir de dicionários, gramáticas, e o próprio ensino (THIESSE, 2001, p.67).

Essa transformação para a criação de línguas nacionais é entendida, por Anderson (2017, p.46-47), a partir da perda de forças da língua sagrada (latim), com a expansão do entendimento do mundo durante o período das dinastias europeias. Com o aumento de número de documentos impressos, acaba a hegemonia do latim, e as línguas sacras passam por um processo gradual de fragmentação, pluralização e territorialização.

Tal difusão de uma língua padronizada envolvida com a impressão é central para a identificação dos indivíduos com o grupo, já que a comunicação é facilitada, e o ensino também padronizado e organizado pelo Estado auxilia na propagação de ideias nacionalistas (THIESSE, 2001, p.69).

Além da língua nacional, é possível incluir também a construção de galerias de heróis históricos, para representar uma conexão com um passado distante a partir do trabalho de artistas. Há a construção de museus nacionais, reforçando a produção de conteúdo artístico que demonstraria os supostos heróis, paisagem, passado e *identidade nacional*, formulando um verdadeiro patrimônio nacional a partir do esforço não só de artistas, mas também de

empreendedores culturais, produtores artesanais, e mesmo a indústria de bens de consumo (THIESSE, 2001, p.139-157).

Há, então, uma clara conexão entre a formulação dos Estados-nação modernos e a economia capitalista e sua indústria (THIESSE, 2001, p.162). Essas transformações econômicas foram essenciais para a conseqüente transformação política e social.

As mudanças sociais serviram para preencher o “vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou a inexistência de redes de relações ou comunidades humanas reais” (HOBSBAWM, 2016b, p.69), causadas pelas alterações no cotidiano do povo europeu. Gellner (1983, p.63) entende que as estruturas sociais antigas são destruídas, e tomam seu lugar novas relações mais fluidas, sendo necessário a *nação* para unificar os sub-grupos sob erosão.

“Como nunca até então, os governos e os indivíduos e cidadãos estavam inevitavelmente ligados por laços diários”, afirma Hobsbawm (2016b, p.116); essa democratização da política levantava a questão da lealdade, e a produção de consciência nacionalista foi o modo encontrado para manter a coesão social (2016b, p.119, p.124-125).

Só por um impulso forte para formar um ‘povo’ é que os cidadãos de um país se tornaram uma espécie de comunidade, embora uma comunidade imaginada, e seus membros, portanto, passaram a procurar (e conseqüentemente a achar) coisas em comum, lugares, práticas, personagens, lembranças, sinais e símbolo. (HOBSBAWM, 2016b, p.126).

Além disso, era necessário que as autoridades do Estado centralizado encontrassem um novo modo de “ligar os súditos do Estado contra a subversão e a dissidência” (HOBSBAWM, 2016b, p.233). Foi a partir do século XVII que a “legitimidade automática da monarquia sagrada” entrou em decadência, e tornando necessário buscar outros meios de legitimar o poder (ANDERSON, 2017, p.50).

As instituições estatais foram essenciais nesse processo: elas tinham o papel de “*impor* a uniformidade nacional”, através do ensino, do serviço público, e do serviço militar (HOBSBAWM, 2017a, p.155). Com tais instituições, a língua nacional “podia transformar-se na língua escrita e falada do povo”, disseminando seu uso pelo território (2017a, p.157).

Ela se tornou um “exercício mais deliberado de engenharia social, na medida em que seu significado simbólico passou a prevalecer sobre seu uso real” (HOBSBAWM, 2016b, p.155), transformando a própria literatura também em elemento político-ideológico para a construção da língua como “artefato cultural” (2016b, p.154).

Esse artefato passou também por movimentos que buscaram “nativizar” a linguagem, o que pode ser percebido na literatura brasileira (a ser ainda debatida nas seções seguintes), a partir da afirmação de José de Alencar, que se esforçou para incluir elementos indígenas em sua narrativa, partindo da perspectiva de que o “conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura” (ALENCAR, 2011, p.122). No Modernismo, Mário de Andrade vai mais além, almejando uma construção que engloba as participações sócio-culturais dos povos indígenas e dos negros que foram trazidos para a colônia brasileira para serem escravizados.

Para Gellner (1983, p.35), o nacionalismo como fenômeno é uma resposta às mudanças estruturais da sociedade industrial, e suas conseqüentes alterações na relação entre política e cultura. Segundo o autor, a sociedade industrial buscou a coesão social através do ensino, e somente o Estado possui a capacidade de organizar essa infraestrutura educacional (1983, p.37).

Com essa disseminação do ensino, a cultura passa a ser compartilhada pelos cidadãos, formando a *cultura nacional*, e a língua torna-se a *língua nacional* utilizada no cotidiano. O ensino centralizado (que se liga também ao sistema de comunicação da nação) dá poder ao governo centralizado moderno: “[...] *the monopoly of legitimate education is now more important, more central than is the monopoly of legitimate violence*” (GELLNER, 1983, p.34).

A nova cultura que é disseminada pelo ensino, controlada então por um governo estatal centralizado, forma a sensação de pertencimento que dá origem ao nacionalismo, sendo essa cultura compartilhada um dos principais elementos para a formulação do Estado-nação moderno (GELLNER, 1983, p.95).

A nação moderna existe por trás das instituições formais, formuladas a partir de um “estatuto histórico comum”:

[...] a posse de uma origem comum mitologicamente construída [...] todo um conjunto de interesses que escapam às fronteiras de origens naturais comuns e que dependem inteiramente da reconstrução constante de novos saberes para o seu alcance. (MACIEL, 2010, p.567).

O ensino de massas não só auxiliava na disseminação da língua nacional padronizada, como também funcionava para “ensinar todas as crianças a serem bons súditos e cidadãos” (HOBSBAWM, 2016a, p.234-244). Como dito anteriormente, dentro do contexto histórico de desenvolvimento econômico e tecnológico da Europa, esse ensino de massa é

essencial para que ocorra a disseminação linguística que, por sua vez, acarreta nas melhorias de comunicação e conseqüente entendimento de pertencer a um grupo nacional. (HOBSBAWM, 2016b, p.19).

Além disso, como a língua de uma nação implica uma escolha política, principalmente pela necessidade imposta aos indivíduos de escolher uma nacionalidade linguística através dos censos realizados pelo governo central, os “requisitos técnicos do Estado administrativo moderno” ajudaram a patrocinar a emergência da língua nacional e do nacionalismo (HOBSBAWM, 2016b, p.136-137).

Thiesse (2001, p.240) afirma que a nacionalização do Estado é, primariamente, um esforço intensivo de educação em massa, buscando que os indivíduos da sociedade passem a ter o sentimento de *pertencer* à comunidade, ensinando a língua, a história (criada a partir de mitos de origem e heróis ancestrais), a geografia (a “paisagem típica” construída do território) e, principalmente, como “ser e pensar” nacionalmente.

Era necessário que, para gerar uma homogeneização linguística por todo o território, com o objetivo final de ocorrer uma união cultural e social entre a comunidade nacional, desenvolvessem uma linguagem comum (“*common language*”), distanciando do uso religioso do latim. Após o desenvolvimento dessa língua, o governo precisava que ela fosse promovida, e filologistas do século XVIII tiveram trabalho central no desenvolvimento de livros gramaticais para tal fim (THIESSE, 2003, p.27-28).

Para Gellner (1983, p.29), “*the kind of education described - universal, standardized, and generic - really plays some essential part in the effective working of a modern society*”. Essa sociedade que Gellner considera tem por base a nova tecnologia e divisão do trabalho, com o capitalismo moderno, sendo necessário assim a constante comunicação entre estranhos, “*involving a sharing of explicit meaning, transmitted in a standard idiom and in writing when required*” (1983, p.33-34).

Ou seja, o ensino de massas funciona para a construção de uma identidade nacional, fazendo parte do desenvolvimento político e econômico europeu, com as revoluções tecnológicas e econômicas. E também é o sistema educacional que produz cidadãos completos, sendo o Estado central o único ente que tem recursos o suficiente para mantê-lo, tornando necessário uma língua única nacional para funcionar (HUTCHINSON, SMITH, 1995, p.55).

O *capitalismo editorial*, uma das primeiras formas de empreendimento capitalista, teve relação próxima com o desenvolvimento da língua nacional. Para Anderson (2017, p.70-76), ele se fortaleceu graças a três fatores:

- 1)A “esoterização” do latim, em busca de uma língua afastada da religião para ser usada no cotidiano;
- 2)O impacto da Reforma e da obra de Lutero, que gerou a venda de livros através da fama do nome do autor, criando públicos leitores;
- 3)A difusão lenta e irregular de determinados vernáculos como instrumentos de centralização administrativa.

Anderson argumenta que, com a fragmentação política da Europa, o latim não poderia ser a escolha nacional, visto que todas elas compartilhavam seu uso. A decisão acerca da língua passou por um processo de desenvolvimento gradual, pragmático, para decidir qual vernáculo funcional seria escolhido. Para tal, a combinação entre o capitalismo, a imprensa e a “fatalidade da diversidade linguística humana” foi fator central (2017, p.76-78).

Foi esse capitalismo editorial que criou as línguas impressas, com capacidade de se “disseminar pelo mercado”, lançando base então para a consciência nacional, através da criação de “campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima dos vernáculos falados”, da crescente fixidez da língua, e da criação de línguas oficiais por parte do Estado (ANDERSON, 2017, p.79-81).

Ainda nesse tema, Hobsbawm afirma que as línguas nacionais são realmente construtos semiartificiais, às vezes “praticamente inventados”, verdadeiras tentativas de construir um idioma padronizado “através da recombinação de uma multiplicidade de idiomas realmente falados”, que são então rebaixados a dialetos (2016b, p.77-78). Para ele, o que chama de “identificação mística de uma nacionalidade com uma espécie de ideia platônica da língua” tem origem nos esforços de “criação ideológica de intelectuais nacionalistas” (2016b, p.81).

Ele cita Anderson (2017), e enuncia a importância da língua para a coesão das jovens nações que se formam, a partir de três pontos (2016b, p.84-86):

- 1) a língua cria uma comunidade da elite intercomunicante, que funciona de modelo para a nação;

- 2) uma língua comum, não natural e construída, adquire uma “nova fixidez que a faz parecer mais permanente e portanto [...] mais ‘terna’ do que realmente é” — isso está ligado diretamente ao desenvolvimento da imprensa, já discutido;
- 3) a língua cultural oficial da elite frequentemente “transformou-se na língua real dos Estados modernos via educação pública”, tema também discutido nas páginas anteriores.

Para Anderson, o desenvolvimento da comunicação impressa fez com que as antigas línguas sagradas se misturassem “em pé de igualdade ontológica com uma variada multidão plebeia de vernáculos rivais”, dando a todas as línguas o mesmo “estatuto (intra) mundano” (2017, p.111).

Através da atividade intelectual, com destaque para lexicógrafos, gramáticos e filólogos, há grande contribuição para a formação dos nacionalismos europeus. Os vários vernáculos passaram por um esforço de “unificação linguística vernácula” dentro de cada nação, através do “crescimento geral da alfabetização, do comércio, da indústria, das comunicações e dos aparelhos de Estado” (ANDERSON, 2017, p.120).

Essas transformações criaram e difundiram a “convicção de que as línguas eram propriedades pessoais de grupos muito específicos”, principalmente com sua utilização para documentos administrativos oficiais (ANDERSON, 2017, p.128). A língua é “fundamentalmente inclusiva”, e tem a característica fundamental de “gerar comunidades imaginadas, efetivamente construindo solidariedades particulares” (2017, p.189-190).

Assim, “o que inventa o nacionalismo é a língua impressa, e não *uma* língua particular em si”; o trabalho dos governos estatais para disseminar sistemas educacionais que seguem seu modelo de nacionalismo oficial, com o “avanço da tecnologia das comunicações”, é o que consolida a ideia de nação nas línguas impressas, fazendo com que a “condição nacional” seja “praticamente inseparável da consciência política” (ANDERSON, 2017, p.190-191).

Hobsbawm (2017b, p.218) também parte dessa perspectiva, afirmando que

[...] o momento em que livros didáticos e jornais são impressos pela primeira vez na língua nacional, ou quando esta língua é usada pela primeira vez para algum fim oficial, marca um passo importantíssimo na evolução nacional.

Thiesse (2003, p.29) afirma que a história desenvolvida para a nação cria uma *memória coletiva*, disseminada não só pelo ensino, mas também por obras artísticas e literárias. Para ela,

[...] a emergência e disseminação da ideia de nação são indubitavelmente ligadas à revolução industrial e ao capitalismo moderno. Porém [...] são os intelectuais e os artistas que criaram a “linguagem” da nação, que construíram sua herança simbólica e material, e lhe deu sua forma e força mobilizadora. (THIESSE, 2003, p.32, tradução minha)

É a partir desse entendimento de que a elite intelectual e a literatura como produção nacional foram essenciais para a construção da nacionalidade e da *identidade nacional* que o presente trabalho se desenvolve, buscando perceber a construção de elementos que representariam o Brasil nas obras selecionadas.

Enquanto as “línguas possibilitaram as primeiras criações de imagens nacionais” (ANDERSON, 2017, p.268-269), isso representou um problema para as ex-colônias na América Latina, visto que, ao serem colonizadas, adotaram o português e o espanhol como línguas oficiais, à semelhança de suas metrópoles. A solução encontrada foi na “criação de imagens nacionais para dar um passado à nação”, buscando “falar em nome de legiões de mortos anônimos”, dando origem ao “indigenismo autoconsciente”, que centrou-se na imagem do indígena como habitante original do território e origem cultural para a nação (ANDERSON, 2017, p.271).

No Brasil, encontramos o reflexo dessa teoria nas instituições concretas, segundo Maciel (2010, p.568). Segundo ele, “cada caso de construção nacional reúne os elementos materiais e imateriais modernos necessários para sua realização”, construindo uma “falsa ruptura com um passado, que permanece no imaginário como motivo de orgulho e coesão social” (2010, p.570).

Ele parte da perspectiva, utilizada no presente trabalho, que o “momento histórico de constituição do Estado nacional brasileiro é completamente diferente”, já que a independência política veio acompanhada de uma “rearticulação de dependência econômica”, e nossa “realidade objetiva nos conectava mais com o velho mundo do que com as Américas” (MACIEL, 2010, p.571).

Dessa forma, “nosso mito precisava provar que éramos autênticos e diferentes” (MACIEL, 2010, p.571); enquanto o Romantismo a partir de Alencar, como argumento, focou na questão do bom indígena e seu contato com o homem branco para dar origem ao

Brasil, o Modernismo a partir de Andrade buscou entender o “convívio entre as três raças” (negra, indígena, branca).

Fiorin (2009, p.119) também destaca a importância da literatura, afirmando que *O Guarani*, de José de Alencar, obra romântica selecionada para desenvolvimento neste trabalho, determina as características que seriam típicas do Brasil, buscando demonstrar uma suposta singularidade da cultura brasileira, sendo “síntese do velho e do novo mundo”.

Segundo Ricupero (2004, p.29-33), para os europeus e seus descendentes, o índio representa o “Outro” de sua identidade. Onde foi “mais fácil subjogá-lo”, como no caso brasileiro, ele foi em boa parte dizimado e esquecido, tornando fácil sua manipulação e uso na formação identitária. Com o Iluminismo, o capitalismo editorial ganha forças no continente, através da “valorização dos intelectuais” e da “intensificação do controle metropolitano”, contribuindo para criar o “quadro mental que torna possível pensar a nação”.

A nação “não surge automaticamente com a independência”, sendo necessário que o Estado organizado construa a nação (RICUPERO, 2004, p.36). As alterações políticas, como dito, necessitam de todo o aparato intelectual e cultural que criam a noção de pertencer ao grupo nacional. Ela possibilitou a “construção de uma organização política e social compatível com as mudanças que alteraram completamente o modo de vida da população” (THIESSE, 2001, p.288, tradução minha).

Na América Latina o processo, com suas particularidades, ocorreu a partir de características semelhantes, após as independências: “à emancipação política, à montagem do aparelho estatal, deve-se seguir a emancipação mental, a constituição de uma sociedade relativamente autônoma e diferenciada”. Assim, a nação brasileira e sua identidade terão que ser construídas, sendo o esforço principal dos românticos, que “criam os símbolos do que passará a ser conhecido como constituindo nações” (RICUPERO, 2004, p.37).

2. A literatura brasileira

É essencial que, a partir desse entendimento acerca das teorias do nacionalismo e do desenvolvimento do Estado-nação moderno, perceba-se a relação central entre a *narrativa* presente nas “histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular”, que “simbolizam ou *representam* as experiências partilhadas” (HALL, 2006, p.52), para os membros do que Anderson (2017) tratou como *comunidade imaginada*.

A mudança cultural e social que possibilitou toda a formulação do Estado-nação perpassou novos modos de representação, coincidindo com uma forte criação de gêneros literários, sendo o esforço de vanguarda romântica o *retorno às origens*, a busca pela ancestralidade que definiria o novo povo (THIESSE, 2001, p.21).

Segundo Oliveira e Ferreira (2015, p.2), a literatura tem essencialmente o papel de “dar legitimidade ao conhecimento da realidade local”, criando uma *consciência* do que seria o *ser brasileiro*, ou viria a ser, após a independência da colônia portuguesa.

Para Thiesse (2001, p.133-135), a história da nação como gênero literário, a partir do romance, serve tanto para formar os primeiros textos acadêmicos sobre o país quanto para disseminar uma nova visão do passado, a partir da construção de ancestrais e de descrições que apresentam, com detalhes (que serão vistos tanto em Alencar quanto em Andrade) dos cenários, objetos e mesmo figurinos dos personagens.

Apesar de partir de uma perspectiva que se centraliza na história literária, a interpretação de Casanova (2002, p.25) acerca da relação do nacionalismo com a literatura mundial é útil para a presente análise:

Os movimentos nacionalistas que surgiram na Europa Central no decorrer do século XIX favoreceram a manifestação de novas reivindicações ao direito de existência literária. A América do Norte e a América Latina também entraram aos poucos na disputa [...]

A autora entende que a questão do patrimônio literário se relaciona diretamente às “instâncias nacionais”, sendo a língua um elemento essencial por ser, ao mesmo tempo, “um problema de Estado” e “material literário”, sendo usadas ambas, língua e literatura, como “fundamentos da ‘razão política’” (CASANOVA, 2002, p.53-54).

Como discutido a partir da obra de Anderson (2017), a impressão ajudou a oficializar uma língua para a nação, que então auxiliou no processo de formação do Estado-nação. Na Europa, para garantir o uso generalizado de uma língua específica entre grupos que até então eram divididos em vernáculos particulares, houve uma disseminação do ensino. O

Brasil, porém, como colônia, não passou por isso. Foi somente em 1808, com a vinda da família real, fugindo do domínio expansionista de Napoleão, que se inicia uma maior institucionalização da vida cultural.

Para Fausto (2015, p.109), “o acesso aos livros e a uma relativa circulação de ideias foram marcas distintivas do período”:

Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão.

Além disso, “vieram ao Brasil cientistas e viajantes estrangeiros”, que realizaram pesquisas essenciais para os trabalhos posteriores de José de Alencar e Mário de Andrade, que, apesar de terem vivido e escrito em períodos completamente diferentes, tiveram como fonte de dados as publicações de pesquisas feitas principalmente na região da Amazônia (FAUSTO, 2015, p.109).

Em seguida, deu-se todo um processo de autonomização da colônia, com desenvolvimento de vida própria e desejo, entre o povo, de separar-se de Portugal, influenciado mesmo por questões internas à metrópole, como a Revolução do Porto, que buscava transformar o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de volta à relação de metrópole — colônia. Foi a partir de 7 de setembro de 1822, data na qual “às margens do riacho Ipiranga, Dom Pedro I proferiu o chamado Grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil”, que surge a necessidade de construir uma identidade brasileira que completasse esse divórcio (FAUSTO, 2015, p.112-116).

O papel da literatura vem diretamente da importância da narrativa histórica, desenvolvida a partir dos “*mitos literários*, ou as *formas de ficção* ou *enredo*, fornecidos por uma cultura” (VENTURA, 1991, p.165). Essa narrativa é construída não só pelos acontecimentos históricos, como a Independência do Brasil, mas “se constitui como complexo de símbolos que ordena, em série cronológica e sintática, um conjunto hipotético de materiais, de acordo com o tipo de enredo selecionado” (1991, p.165).

Tanto a literatura quanto o nacionalismo, para Casanova (2002, p.53-54), surgem com um “vínculo orgânico”, interdependentes, nascendo do “mesmo princípio de ‘diferenciação’”, sendo a língua falada o elemento central de “marcador de diferença”. Foi instaurado, no período, um “vínculo necessário entre nação e língua” (2002, p.101), a partir de

Herder, já trabalhado por Thiesse (2001), sendo essa ideia uma grande influência para os escritores românticos (2002, p.103).

Tal literatura busca “compor uma construção do real de forma a torná-la crível, desejável, aceita”, lidando com a questão da identidade brasileira a partir da “integração do múltiplo”, com uma “construção do imaginário coletivo que não pressupõe a integração social” (PESAVENTO, 2000, p.12), visto que na época da independência e nas décadas seguintes havia não só divisões raciais e desigualdades como o próprio sistema escravista ainda em funcionamento.

Como no Brasil não havia uma real divisão e diferenciação de sua antiga metrópole, pela continuidade do uso da língua portuguesa, “herdeiras diretas, por meio dos colonos que reivindicaram sua independência, das nações europeias das quais originaram-se” (CASANOVA, 2002, p.112), os escritores buscaram encontrar outros elementos originais, para obter identidade e literatura próprias.

Essa preocupação com a criação de uma identidade nacional,

[...] recorrente no Brasil devido à necessidade de elaboração de uma consciência nacional que, afastando o risco da assimilação cultural, inspirasse no povo o sentimento de identidade, fundamental para o processo de auto-afirmação. (BALDO, 2006, p.91)

A nova elite intelectual e política do novo Estado-nação brasileiro, então,

[...] procurou legitimar o direito à *autodeterminação* nacional, em oposição às antigas metrópoles, e ao *domínio* sobre os grupos de ascendência não-europeia ou marginais aos centros de decisão política. (VENTURA, 1991, p.32)

Essa elite letrada buscou formular o “*projeto histórico* de construção de sociedade e cultura de tipo civilizado” (VENTURA, 1991, p.35). Nessa primeira fase, representada pelo Romantismo, “a literatura feita em terras brasileiras será muito mais filiada à tradição portuguesa e europeia que ao Brasil” (ARNT, 2008, p.2).

A ligação entre pretensões artísticas e políticas é inegável, sendo os textos tradutores de um “princípio originário da nação”, direcionando a literatura nacional às “categorias declaradas nacionais”, tornando-na um “veículo essencial de *nacional self-definition*” (CASANOVA, 2002, p.135-137).

Nessas “camadas privilegiadas da sociedade” há o esforço de construção de identidade, herdando da Europa os padrões e a *checklist identitária* a serem seguidos, criando

não só o Brasil como também “o sentimento de pertencimento à nova comunidade” (PESAVENTO, 2000, p.13).

Mesmo a Coroa, que deu continuidade à monarquia no Brasil livre, participou de tal processo:

[...] o país assiste à construção de um projeto *civilizador*, favorecido pelo Imperador Pedro II, em busca de uma identidade propriamente nacional. Em 1838, a fundação do *Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro (IHGB)*, na Corte Imperial, sinaliza as bases deste projeto. (RIBEIRO, 2006, p.144)

O IHGB foi essencial para estabelecer um “elo entre o Estado e a *inteligência*”, buscando “investigar e traçar a gênese da nacionalidade, através da produção de historiografia e literatura por brasileiros” (RIBEIRO, 2006, p.144).

Esse instituto funcionou como complemento às representações identitárias criadas pela geração romântica da qual Alencar fez parte, envolvendo a elite intelectual brasileira no esforço de criar um “imaginário social sobre o Brasil”, através da construção de “uma memória nacional, homogeneizar as diferenças e fornecer marcos de referência para os cidadãos” (PESAVENTO, 2000, p.14-15).

O resultado foi um esforço científico de autoconhecimento, dado tanto pela introdução da literatura europeia quanto pela realização local de estudos sobre o meio, algo moderno e adequado aos interesses da elite rural. (PESAVENTO, 2000, p.13)

Arnt (2008, p.2-3) argumenta que a literatura “chega ao Brasil como uma imposição”, parte do processo de colonização que documentou tal acontecimento, mas destaca algo de positivo nessa situação:

Um dos benefícios da importação da forma clássica foi que a literatura produzida aqui pôde alcançar um bom nível em um período de tempo relativamente curto. Uma das desvantagens foi o fato de o estilo com ares eruditos e rebuscados se colocar como uma barreira a mais na difusão da literatura.

Apesar dessa importação literária, “os materiais europeus foram tratados como *matrizes* sujeitas à reinterpretação local” (VENTURA, 1991, p.12), e adquiriram elementos e características próprios, a partir do entendimento romântico do que seria verdadeiramente brasileiro:

A literatura e a cultura brasileira se transformaram na segunda metade do século XIX com a recepção de modelos europeus [...] que forneceram instrumentos para a interpretação da *natureza tropical* e das *raças e culturas brasileiras*. Foi adaptada a ‘visão’ de naturalistas, etnólogos e viajantes estrangeiros sobre o Brasil e a América do Sul. A etnologia assumiu configurações específicas, vinculadas ao racismo, cientificismo, positivismo, evolucionismo e naturalismo. (VENTURA, 1991, p.12-13)

O Romantismo, como será ainda discutido com maior profundidade, é marcado “indubitavelmente pelo nacionalismo literário” (ARNT, 2008, p.3), e em seu esforço de distanciar-se da literatura portuguesa e formar uma verdadeiramente brasileira, também perpassa os esforços de construção identitária. Seu programa “acabou por configurar um país em bases de cunho pitoresco, exótico e estereotipado” (ARNT, 2008, p.4), e foi essa característica centrada no *indianismo* que se optou por debater no presente trabalho, em paralelo com o Modernismo, décadas depois, que se concentrou em *reavaliar* a identidade construída durante o Império.

Para Ventura (1991, p.17), “tomou-se a exuberância do *meio* e das *raças* locais, o sincretismo de povos e línguas sob o sol dos trópicos, como fontes de criação de novas formas e temas”. O elemento do indianismo, central nesse processo, funciona como um esforço de reinterpretar elementos culturais de acordo com significados nacionalistas, dando aos mesmos uma ideia de pertencer e *representar* a jovem nação brasileira (THIESSE, 2003, p.31).

É a nossa história literária que, “desde os primeiros esboços no Romantismo”, já desenvolve a

[...] definição de uma entidade abstrata corporificada nas obras, criações individuais que refletiriam um ‘caráter’ ou ‘espírito’ coletivo: o *ser nacional*. [...] torna-se sinônimo mais ou menos difuso desse ser, com a função de apresentar a identidade coletiva do povo brasileiro, cuja ‘origem’ é remetida à formação quase mítica de uma ‘tradição’ nacional. (VENTURA, 1991, p.166)

Apesar da clara característica de elite durante esse período inicial, a literatura torna-se “popular a serviço da ideia nacional” através do estabelecimento de elementos que seriam comuns para toda a população, a ser identificada como *pertencente* àquela nação (CASANOVA, 2002, p.236). Tal esforço buscou

[...] conquistar simultaneamente duas formas de independência: uma independência política [...] e uma independência propriamente literária, impondo sobretudo uma língua nacional/popular e participando do enriquecimento literário por meio de suas obras. (CASANOVA, 2002, p.238).

Com isso, desenvolve-se a categoria de *povo* para caracterizar a *nação*, oferecendo “novas maneiras de produzir e afirmar diferenças específicas” (CASANOVA, 2002, p.273). Para isso, “é necessário um protagonista que cumpra essa tarefa de maneira consciente e explícita, ou seja, um escritor que transforme conscientemente esse fundo popular em material literário” (2002, p.277).

É aqui que se encaixa o movimento literário do Modernismo, buscando *reimaginar* aquilo que o Romantismo determinara como identidade brasileira. *Macunaíma*, de

Mário de Andrade, a ser discutido ainda nesse presente trabalho, funciona, para Casanova (2002, p.277), como personagem e obra central para a reformulação do que seria o povo, e as características básicas do Brasil.

Com o Modernismo, busca-se mais uma separação de Portugal e da Europa, elaborando uma “nova’ língua dentro da sua própria língua”, distorcendo “usos literários, regras literárias e de correção gramatical e afirmam a especificidade de uma língua ‘popular’”, que seria um “meio de expressão intrinsecamente ligado à nação e ao povo que ela define e justifica em sua existência” (CASANOVA, 2002, p.340).

Buscou-se, com tudo isso, mostrar qual a relação entre identidade nacional e a literatura brasileira, a partir do entendimento de que a literatura “teve um papel efetivo na constituição de uma consciência nacional e, assim, na construção das próprias nações latino-americanas” (PERRONE-MOISÉS, 1991, p.247).

Nossa identidade nacional, e nosso nacionalismo em si, alternaram visões e entendimentos acerca da formação, apesar da diferença de algumas décadas entre Romantismo e Modernismo não apagarem de forma alguma a centralidade dada ao papel do indígena.

“Nossas jovens literaturas nasceram em velhas línguas, nas quais já existia uma tradição literária” (PERRONE-MOISÉS, 1991, p.253), mas as reflexões das elites intelectuais buscaram, a partir da diferenciação de Portugal e do Outro europeu, construir uma identidade nacional própria, a partir do papel diferenciado do indígena, que vai desde uma *origem* romântica até participante da *mestiçagem cultural* do Modernismo.

1.1. O Romantismo de José de Alencar

Com a Independência do Brasil, em 1822, foi necessário desenvolver uma *identidade nacional* para dar coesão ao novo povo que se desenvolvia alheio à antiga metrópole portuguesa. Para tal, a elite intelectual também ligada à política tomou como seu objetivo a construção cultural do que viria a ser a *brasilidade*, identificadora do novo Estado-nação.

O período, de “grandes transformações econômicas e sociais”, seguiu ideais “burgueses de ordem e progresso”, importados da Europa, gerando consciência de que eram necessários “outros símbolos e construtos” para levar à “concretização desse ideal de nação” (NEIVA; VIEIRA, 2014, p.66).

Segundo Ricupero (2004, p.111), a identidade nacional não “coincide inteiramente com [a independência]”, apesar de ter ligação com ela.

[...] o processo de autonomização de interesses e estilos de vida entre americanos e europeus começa na colônia, ganha impulso com a emancipação política, mas não se encerra com ela.

Em outras palavras, a criação de uma literatura e de uma nação é sempre um ato com um certo grau de arbitrariedade, fruto [...] da vontade de alguns homens, mas que precisa também encontrar base material e social na realidade.

Essa busca pela formação de uma identidade nacional a ser disseminada e aplicada ao povo brasileiro foi liderada pelo movimento romântico, que buscou, através das publicações literárias, levantar elementos que descrevessem e representassem o Brasil, desde seu povo e suas origens, até sua paisagem e rituais. Tal fenômeno esteve presente em toda a América Latina, segundo Ricupero (2004, p.XIX), no qual a elite intelectual se colocou na tarefa de definir a identidade política e cultural dos novos países que obtinham suas independências.

Segundo Candido (2000a, p.26) a atividade literária fez parte do “esforço de construção do país livre”, seguindo um programa que “visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los”. Esse período romântico foi um “episódio do grande processo de tomada de consciência nacional” (2000a, p.281). Afinal, ele afirma, “se o Brasil era uma nação, deveria possuir espírito próprio como efetivamente manifestara pela proclamação da Independência” (2000a, p.282).

Assim, durante todo o período do Romantismo há um “senso de dever patriótico”, para construir não só uma literatura nacional, mas também, nesse esforço, “contribuir para a

grandeza da nação”, diferenciando-a de Portugal (CANDIDO, 2000b, p.12). Os autores tinham como base a ideia de que a literatura poderia intervir na História, para então construí-la, seguindo o ideal de nação que pretendiam desenvolver, com referências à

[...] metrópole portuguesa, em sua política colonialista e apagadora de outras matrizes identitárias, a partir da supressão linguística, da exploração comercial, da escravidão e do genocídio em mais de trezentos anos de dominação unilateral. (NEIVA, VIEIRA, 2014, p.66)

Os românticos brasileiros tinham consciência da “tarefa patriótica” de construção nacional tomada para si, como intelectuais, além de seu desejo de exprimir uma “nova ordem de sentimentos...como o orgulho patriótico”, e criar uma “literatura *independente diversa*”, dando ao Brasil um “sentimento de libertação relativamente à mãe-pátria” (CANDIDO, 2000b, p.12).

O movimento romântico, apesar da busca pela originalidade, teve influência do Romantismo europeu. Ele se desenvolveu a partir das revoluções que alteraram a vida cotidiana na Europa, e levaram ao descontentamento com a nova estrutura modernizada. Seu ideário envolvia a “valorização da natureza e do ‘homem natural’”, construindo personagens “que seriam a idealização dos tipos formadores da nação brasileira” (BALDO, 2006, p.2).

Para Ricupero (2004, p.79), foi principalmente uma “reação ao fim do Antigo Regime”, sendo essencial para as aspirações românticas de aproximar-se do passado a ideia de nação. No caso brasileiro deve-se considerar, além dessa influência, o papel essencial da busca pelo distanciamento de Portugal, com o fim do *status* de colônia, e a “necessidade de afirmar-se a particularidade brasileira” (RICUPERO, 2004, p.85).

O elemento escolhido, pelos românticos, para então representar o que seria de mais *original* no Brasil, “formador” da nação e representação do “homem natural”, foi o *indígena* (BALDO, 2006, p.2). Isso deu surgimento à literatura indianista, que via nesse personagem o “específico brasileiro”, levando à “utilização nativista do índio” na “consciência popular” (CANDIDO, 2000b, p.18). O indianismo, para Candido, serviu, além de “passado mítico e lendário”, também como “passado histórico” para o Brasil, fundindo lenda e história na literatura nacional (2000b, p.20).

O índio, afirma Schwarcz (1998, p.237),

despontava assim como um exemplo de pureza, um modelo de honra a ser seguido. Diante de perdas tão fundamentais — o sacrifício em nome da nação e o sacrifício entre os seus —, surgia a representação idealizada, cujas qualidades eram destacadas na construção de um grande país.

É perceptível a ausência do negro na literatura nacional romântica, porém, apesar de ser claramente elemento essencial na formação do Brasil. Ricupero (2004) entende que, como o negro ainda encontrava-se sob condição de escravidão, submetido à exploração do sistema de produção colonial, representava uma ameaça para a elite dominante, e por isso foi excluído da representação na literatura.

Segundo o autor, o indígena, já explorado e em grande parte eliminado, não causava medo no colonizador; o negro escravizado, porém, era uma ameaça pois poderia, em algum momento, vir a se rebelar e, pelo grande número comparado à população branca no Brasil, provavelmente ganhariam e dariam fim à exploração e lucro português (RICUPERO, 2004, p.XXVIII). Dessa forma, o indianismo se torna a “manifestação nacional brasileira romântica por excelência e o índio adquire o status mitológico de fundador nacional” (CARRAZZA, 2013, p.25).

Silva (2012, p.5) também afirma que

[...] a obra alencariana exclui o negro e destaca o índio, não como uma representação verossímil do ameríndio, com suas características nativas, mas de forma idealizada, que melhor se enquadra no projeto nacionalista burguês. E em se tratando dos negros, eram vistos pela sociedade, com base em concepções racistas europeias, como marginais, pré-dispostos à violência e criminalidade e, portanto, não enquadrados para representar a nação.

Ribeiro (2006, p.144) reforça a percepção de que o indígena foi selecionado entre os colonizados para representar a origem da nova nação:

O indígena, sob os parâmetros da *imaginação* romântica, ganha estatuto de símbolo nacional, por meio da qualidade de habitante original do país. O negro, enquanto sob a condição de escravo, é omitido e rebaixado como raça bestializada, estrangeira e vinculada ao *atrasado* regime escravocrata.

É apenas com o Modernismo que podemos perceber não só a volta do indígena, de forma mais fiel, à literatura nacional, como também a maior presença do negro, então livre.

No romance propriamente dito, como gênero literário, o indianismo teve como autor principal José de Alencar (1829-1877), central para o Romantismo brasileiro. O “projeto nacional literário romântico se consolida com Alencar” (CARRAZZA, 2013, p.32), tendo em suas obras presentes elementos que integram uma *checklist identitária* (THIESSE, 2001, p.14) para formar a *nação brasileira*, utilizando-se de mitos formadores da nação, herói mitológico pela figura do indígena, e descrições de uma paisagem paradisíaca.

José de Alencar teve participação importante no esforço político, social e cultural de desenvolver uma nova nação, diferenciando-a de sua antiga metrópole portuguesa, e o

Romantismo como um todo, tanto na América Latina quanto na Europa, foram essenciais na criação de uma consciência grupal com base em tradições inventadas (HOBSBAWM, 2017a; RICUPERO, 2004).

Alencar segue a tradição Romântica da busca das origens na natureza, delineando assim o que viria a ser entendido como paisagem natural do Brasil, e sua personalidade central, o indígena, então idealizado pelos intelectuais brancos de acordo com as ideias do “bom selvagem” de Rousseau: “[...] forte, livre como o vento, fiel e correto em suas ações” (SCHWARCZ, 1998, p.238).

Para Neiva e Vieira (2014, p.64), Alencar reflete o esforço de construção nacional

[...] realçando em suas obras traços indianistas, a exaltação do passado lendário, a idealização da natureza, o sertanismo, o regionalismo, a descrição dos costumes urbanos, a língua portuguesa abrigada, numa espécie de painel da vida brasileira.

O romance de Alencar não é limitado à característica cultural - há um esforço político de construção identitária, comum em todos os novos países da América Latina. Os autores desse período apropriaram-se do estilo europeu, com a “aspiração de fundar em um passado mítico a nobreza recente do país” (BOSI, 2017, p.96).

Este autor possuiu, em suas obras, um claro esforço político para criar os “símbolos que unificam a comunidade nacional”, a ponto de seus heróis assemelharem-se aos heróis de epopeias, que “representam todo um povo”, dessa forma objetivando “criar um mito de origem para o Brasil” (RICUPERO, 2004, p.165).

A Europa passava pelo desenvolvimento do capitalismo, com alterações importantes em sua sociedade, e os autores românticos europeus buscaram um passado camponês simples idealizado. No Brasil, sem as transformações europeias, os românticos almejam obter a modernidade através da interpretação de uma “profecia do passado” que constroem da realidade colonial. Os românticos brasileiros entendiam que nos índios “se encontram os fundamentos da nação brasileira” (RICUPERO, 2004, p.122). Entre as características para definir a nova nação, Ricupero (2004, p.XXVIII) inclui a “exuberante natureza americana”, e seu índio, “habitante natural”, ambos elementos presentes na obra de Alencar.

A obra de Alencar escolhida para a presente análise é *O Guarani* (1857), por ser uma síntese de sua interpretação indianista do Brasil, encaixando-se na linha de discussão do trabalho. Apesar de o romance ser, à primeira vista, a história do relacionamento entre os

jovens Ceci e Peri, ela branca e ele indígena, um olhar mais aprofundado percebe os elementos presentes nos mitos que auxiliaram na criação identitária nacional no século XIX. Esse livro “reforça a condição de selvagem do indígena ante a civilidade do homem branco, esta como um ideal a ser alcançado pelos primitivos povos da *terra brasilis*” (NEIVA, VIEIRA, 2014, p.65).

O Guarani conta a história da família de D. Antônio de Mariz, “fidalgo português de cota d’armas e um dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro” (ALENCAR, 2012, p.25). A família vive isolada da vida urbana, em uma casa no meio da floresta, e sua interação durante a narrativa envolve o italiano Loredano, o grande vilão da estória, que busca conquistar Cecília, filha de D. Antônio, e suas riquezas; Álvaro, um português sob comando de D. Antônio, também apaixonado por ela; e Peri, indígena que se apaixonou pela menina e a chama de *Ceci*, semelhante ao tupi *sasy*, “a dor dele”, representando o amor não correspondido que possui.

A trama ainda envolve também os índios aimorés que, após uma de suas índias ser morta pelo filho de D. Antônio, buscam atacar a casa no *Paquequer* e completar sua vingança contra a família branca. Estes são descritos como selvagens, os índios *maus*, refletindo a diferença com o índio *bom* Peri, visto pelos brancos como tão civilizado que é chamado de “cavalheiro português no corpo de um selvagem” (ALENCAR, 2012, p.60).

É interessante ver esse paralelo entre as duas grandes entidades indígenas na obra: Peri representado como o ideal do índio bom, e os aimorés como os grandes inimigos, entendidos como ruins até mesmo por Peri. Essa relação de índio bom *versus* índio mau já havia sido enunciada por Gonçalves Dias, contemporâneo de Alencar no movimento romântico brasileiro; para ele, os bons são aqueles que “com maior facilidade podem relacionar-se com os europeus” (RICUPERO, 2004, p.139).

Para D. Antônio, pai de Cecília,

[...] os índios quando nos atacam são inimigos que devemos combater; quando nos respeitam são vassalos de uma terra que conquistamos, mas são homens!”

[...]

“Conheces tão bem como eu, Aires, o caráter desses selvagens; sabes que a sua paixão dominante é a vingança, e que por ela sacrificam tudo, a vida e a liberdade. (ALENCAR, 2012, p.51)

E mesmo Peri demonstra sua perspectiva acerca dessa diferença:

Ora, o índio conhecia a ferocidade desse povo sem pátria e sem religião, que se alimentava de carne humana e vivia como feras, no chão e pelas grutas e cavernas; estremeceu só com a ideia de que pudesse vir assaltar a casa de D. Antônio de Mariz. (ALENCAR, 2012, p.100)

Schwarcz (1998, p.238) explicita como esse índio representado por Peri é uma versão idealizada do que seria o habitante original do Brasil em formação: “forte, livre como o vento”. Peri funciona como o *herói nacional* que Alencar buscou criar para o novo Estado-nação. Em nota na publicação original de *O Guarani*, José de Alencar afirma que buscou representar a “raça indígena em todo o seu vigor, e não degenerada como se tornou depois”, demonstrando claramente sua visão idealizada de um “índio original bom” que existia na época colonial, convivendo “em paz” com seu colonizador (ALENCAR, 2012, p.37).

Peri é até mesmo comparado com um *cavaleiro português* por D. Antônio, mostrando a aproximação de características boas com a ideia de europeu branco:

Não há dúvida — disse D. Antônio de Mariz —, na sua cega dedicação por Cecília quis fazer-lhe a vontade com risco de vida. É para mim uma das coisas mais admiráveis que tenho visto nesta terra, o caráter desse índio. Desde o primeiro dia que entrou aqui, salvando minha filha, a sua vida tem sido um só ato de abnegação e heroísmo. Crede-me, Álvaro, é um cavaleiro português no corpo de um selvagem! (ALENCAR, 2012, p.60)

Para Ricupero (2004, p.80) há uma clara inspiração em temas europeus, com essa aproximação ao cavaleiro medieval virtuoso:

Ambas as figuras míticas de guerreiros, mais do que o índio e o cavaleiro medieval históricos, são portadoras da liberdade, ou, talvez fosse melhor dizer, de liberdades, a que o século XIX parecia estar ponto fim. Mais, os românticos brasileiros [...] considerarão que o índio nobre, porém ainda bárbaro, deve ser civilizado, principalmente pela ação do cristianismo.

A partir de observações na leitura da obra, Silva (2012, p.6) entende que

Peri, sendo a personagem principal para a construção almejada da identidade nacional controvérte o que se esperava para a valorização do aborígine. Este não é uma apresentação do que sabemos dos nativos, nem a sua relação com o português pode ser considerada verossímil, mas passa pela imaginação histórica do escritor que edifica mitos para forjar uma realidade idealizada.

Há também outros paralelos com a vida metropolitana de Portugal: a casa de D. Antônio, “protegida por uma muralha, é quase um castelo medieval”, e o patriarca “age motivado pela honra”, como em uma narrativa de epopéia (RICUPERO, 2004, p.167). O livro é todo construído na base destas dualidades, que envolvem a diferenciação entre América e Europa, natureza e civilização, aventura e honra. Os personagens representam, cada um, tais elementos, e se definem “em oposição umas às outras” (RICUPERO, 2004, p.169).

Além dessa construção da nação centrada no personagem e no indianismo, há também o esforço de desenvolver uma *paisagem* para representar a nação brasileira. Alencar

gasta todo o primeiro capítulo da obra para descrever a região em que a estória ocorre, onde Cecília e sua família vivem, e a natureza brasileira que permeia a narrativa:

A vegetação nessas paragens ostentava outrora todo o seu luxo e vigor; florestas virgens se estendiam ao longo das margens do rio, que corria no meio das arcarias de verdura e dos capitéis formados pelos leques das palmeiras.

Tudo era grande e pomposo no cenário que a natureza, sublime artista, tinha decorado para os dramas majestosos dos elementos, em que o homem é apenas um simples comparsa. (ALENCAR, 2012, p.22)

Segundo Bosi (2017, p.145), a paisagem em Alencar serve para desenvolver seu herói e caracterizar o Brasil:

Para dar forma ao herói, Alencar não via meio mais eficaz do que amalgamá-lo à vida da natureza. É a conaturalidade que o encanta: desde as linhas do perfil até os gestos que definem um caráter, tudo emerge do mesmo fundo incôscio e selvagem, que é a própria matriz dos valores românticos

Apesar dessa concentração em descrições naturais, porém,

Trata-se de algo mais que uma simples reminiscência do tópicos do paraíso perdido. O Brasil ideal de Alencar seria uma espécie de cenário selvagem onde, expulsos os portugueses, reinariam capitães altivos, senhores da baração e cutelo rodeados de sertanejos e peões, livres sim, mas fiéis até a morte. (BOSI, 2017, p.146)

Há uma tentativa de diferenciar o espaço brasileiro do português metropolitano, mas é possível perceber um claro paralelo do espaço entre Brasil e Portugal; a colônia é apresentada como uma “extensão primitiva” da metrópole:

Para D. Antônio e para seus companheiros a quem ele havia imposto sua fidelidade, esse torrão brasileiro, esse pedaço de sertão, não era senão um fragmento de Portugal livre, de sua pátria primitiva [...]. (ALENCAR, 2012, p.29)

A “exploração de paisagens exóticas é característica do autor romântico”, e José de Alencar busca unir a “natureza à ação do homem, como auxiliadora do heroísmo do aventureiro, não apenas como plano de fundo do enredo, mas fincada como personagem deste” (SILVA, 2012, p.4).

Há uma clara tentativa de formular não só a literatura brasileira como algo independente da produção portuguesa, mas também de formular todo o constituinte do que identificaria o Brasil nas décadas futuras. Para Candido (2000b, p.101),

No Brasil, riqueza e variedade foram buscadas pelo deslocamento da imaginação no espaço, procurando uma espécie de exotismo que estimula a observação do escritor e a curiosidade do leitor.

Ao descrever a paisagem com idealização paradisíaca, e “populações de língua e costumes totalmente diversos dos portugueses”, Alencar e seu indianismo *criaram* uma nova

visão para o Brasil, contribuindo para “consolidar uma consciência nacional, tocada pelo sentimento de inferioridade em face dos padrões europeus” (CANDIDO, 2000b, p.103, 192).

Apesar de buscar uma originalidade, com identidade e literaturas diferenciadas da Europa, o Romantismo é eurocêntrico, seguindo características “da ideologia civilizatória, das teorias climáticas e raciais, além da abordagem etnocêntrica das culturas populares” (NEIVA, VIEIRA, 2014, p.68). Alencar buscou criar “mitos de origem para sua nação”, criando uma ligação entre a colonização e a visão europeizada do *nativo* das Américas (WASSERMAN, 1983, p.817).

O passado, então, é fonte de “legitimação para o poder político e a ordem social existente” (RICUPERO, 2004, p.113), dando possibilidade aos brasileiros “se pensarem como brasileiros” (RICUPERO, 2004, p.153), criando uma identidade a partir da ideia do indígena como base da nação. O índio, porém, é “visto de maneira idealizada, representando, em nível simbólico, uma origem mítica do povo brasileiro”, durante o período romântico (ARANTES, in ALENCAR, 2012, p.13).

O negro escravo foi ignorado por esta literatura; ela concentrou-se no indígena como “uma espécie de representante digno e legítimo”, apesar de que em suas obras eles “nunca foram tão brancos”, assemelhando-se à citada ideia de cavaleiro medieval, com pureza cristã e bondade natural (SCHWARCZ, 1998, p.261).

Há o “auto-reconhecimento de seu caráter atrasado e subdesenvolvido”, oscilando o nacionalismo entre o “ufanismo e o complexo de inferioridade” entre a elite brasileira (PERRONE-MOISÉS, 1991, p.248). Esse período todo, após a Independência, foi um grande processo de real *criação* de uma identidade e uma nação, através da “matéria romanesca e poética” da figura do indígena nativo do território, e conseguiu-se desenvolver e disseminar entre os círculos intelectuais essa auto-percepção da *comunidade* (1991, p.250).

Com tudo isso, fica claro que Alencar e o Romantismo conseguiram resultados com seus esforços:

[...] quase ninguém mais questiona a unidade do país, o índio continua a ser utilizado como símbolo nacional e a mestiçagem está consolidada no imaginário coletivo como grande elemento diferenciador do Brasil em relação a outras nações. (RICUPERO, 2004, p.262)

1.2. O Modernismo de Mário de Andrade

Apesar de ter sido personagem central em grande parte do período romântico, o indígena “desapareceu como personagem, na literatura realista e naturalista, e foi revalorizado apenas com o modernismo de 1922” (VENTURA, 1991, p.93). Esse “neo-indianismo” que o modernismo desenvolveu acentuou “aspectos autênticos da vida do índio”, vendo-o como o habitante primitivo da nação, com foco no que ele trazia de “diferente, contraditório em relação à nossa cultura europeia” (CANDIDO, 2000, p.19).

O movimento modernista do início do século XX, segundo Bosi (2017 p.326), encontrava-se dividido entre a cultura europeia importada e as “exigências do seu povo, múltiplo nas raízes históricas e na dispersão geográfica”. Tal movimento, especificamente sua literatura, representou “uma crítica global às estruturas mentais das velhas gerações”, além de um “esforço de penetrar mais fundo na realidade brasileira” (BOSI, 2017, p.354). Isso levou seus participantes a engajarem-se na busca por uma nova identidade, explicitamente original, acompanhada da renovação nas artes.

A crença de que a “identidade nacional está contida nas manifestações da cultura popular” havia se iniciado com os românticos alemães, no século XVIII, e foi retomada pelos brasileiros modernistas, que viam tal ideia “ligada a um propósito modernizador” (JARDIM, 2015, p.71), realizando então a “revivescência [...] dos mitos indígenas” (BOSI, 2017, p.376).

Além disso, houve, na época, a constatação de que o Brasil vivia *inferiorizado* pela comparação com a Europa:

Diferentemente dos cenários europeus, o clima tropical era sinônimo de inferioridade, motivo da indolência do povo brasileiro. Junte-se a este a mestiçagem, marcada principalmente pela presença do negro e do índio. A constatação desta realidade instituiu nova crise na identidade nacional. (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015, p.5)

O programa de cunho nacionalista desse período entendia que “a nacionalização da arte e da cultura era o único meio de assegurar a modernização cultural do país”, e para tal seria necessário reinterpretar sua identidade para ter uma “fisionomia particular” (JARDIM, 2015, p.15). Nega-se a busca pela pureza e a “valorização de uma cultura marcada pelas diversas contribuições raciais” (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015, p.5).

Mário de Andrade (1893–1945) o autor modernista selecionado para análise no presente trabalho, realizou, através de suas obras —em particular *Macunaíma*— um “retrato bastante irônico do Brasil”, inventando uma “nação moderna, diversificada, mas unida”

(JARDIM, 2015, p.15). Ele foi um dos representantes principais na literatura modernista, buscando descobrir “sua condição de ser brasileiro”, portador de “modo próprio de ver o mundo” (LOPEZ, 1996, p.31).

Andrade foi, essencialmente, o “poeta fundador do espaço literário brasileiro”, segundo Casanova (2002, p.344), que “faz ao mesmo tempo com que o espaço literário brasileiro entre no grande jogo internacional, no universo mundial da literatura”, sendo o projeto modernista, ao mesmo tempo, político e literário, exatamente por isso.

Para Bernd (1992, p.47), é justamente no Modernismo, com a publicação de *Macunaíma* em 1928, que ressurge o esforço de “construir uma narrativa épica para representar a origem do *povo brasileiro*”, já que Mário de Andrade é o primeiro autor a integrar “o mito indígena aos mitos africanos para explicar a formação do brasileiro”.

Macunaíma funciona como o protagonista que auxilia na “reivindicação nacional”, através da “exibição das ‘riquezas’ literárias da nação sob a forma da enumeração e da encenação dos contos e lendas que constituem sua herança”, como foi discutido anteriormente, a partir da percepção de Casanova (2002, p.277).

Sua trajetória como escritor envolve o consumo de obras europeias através de sua formação tradicional pelo estudo dos *clássicos*, e de estudos antropológicos sobre o Brasil, buscando enfoques sociológicos e inovadores para conhecer a realidade (LOPEZ, 1996, p.3-17). Para Souza (2007, p.149), é impossível dissociar o autor de questões ligadas à modernidade e à identidade nacional.

Mário de Andrade queria modernizar as artes brasileiras, buscando também inserir o país no contexto mundial da arte; para isso, pesquisou e aplicou conhecimentos acerca das “expressões culturais populares [...] em especial, daquelas ditas folclóricas, consideradas tradicionais e, portanto, caracteristicamente brasileiras” (CAVALCANTI in ANDRADE, 2019, p.147). O autor buscou um “elemento autêntico e primitivo” para a identidade nacional no folclore brasileiro, acreditando que nele seria possível encontrar a “ligação do país com seu próprio passado”, para então conseguir criar um futuro moderno para o Brasil (2019, p.147-148).

Com sua obra *Macunaíma* (1928), Andrade buscou mostrar o que chama de “brasileiro falado”, rejeitando a formalidade dos períodos anteriores, e “desgeograficar” o Brasil, unindo regiões através do realismo mágico por meio do qual seu “herói sem caráter”

viaja pelo território e leva o leitor ao contato com culturas de áreas tão distantes e, por vezes, entendidas como desconexas (LOPEZ, 1996, p.38 e p.59). Para Bosi (2017, p.378), tal personagem funciona como síntese do “modo de ser brasileiro”, entendido como um povo “luxurioso, ávido, preguiçoso e sonhador”.

Macunaíma é “deliberadamente provocador, repleto de gíria, divertido, antiliterário, que assume todas as contradições aparentes da luta contra a seriedade europeia sob todas as formas” (CASANOVA, 2002, p.347), causando assim um rompimento com a tradição influenciada pela Europa.

Tal obra teve como base as lendas indígenas relatadas por Koch-Grünberg, em *Vom Roraima zum Orinoco* (“De Roraima ao Orinoco”), o qual relata a história do herói Macunaíma (JARDIM, 2015, p.74). Em seu volume da obra estrangeira, Andrade anotou notas de margem com o esboço de *Macunaíma* já em 1925, dando início a seu interesse especial pela Amazônia (LOPEZ, 1996, p.96). Por seu interesse pelas pesquisas etnográficas sobre a região e povos indígenas, o mesmo viajou pessoalmente para a Amazônia, transformando-a em “mito e utopia” em suas obras (LOPEZ, 1996, p.97).

Um ponto interessante é que o próprio autor admitiu, em carta a Raimundo Moraes, que tentou defendê-lo de acusações de cópia, que tirou sua obra diretamente da lenda detalhada por Koch-Grünberg:

Copiei, sim, meu querido defensor. O que me espanta e acho sublime de bondade é os maldizentes se esquecerem de tudo quanto sabem, restringindo a minha cópia a Koch-Grünberg, quando copiei todos. [...] Confesso que copiei, copiei às vezes textualmente. [...] Enfim, sou obrigado a confessar duma vez por todas: eu copiei o Brasil, ao menos naquela parte em que me interessava satirizar o Brasil por meio dele mesmo. (ANDRADE, 2013, p.157)

Macunaíma trata da trajetória de vida de Macunaíma, “herói de nossa gente”, que nasceu “preto retinto e filho do medo da noite” (2016, p.17). Era uma “criança feia” e, desde pequeno, carregado de características que o diferenciam do típico herói literário:

Já na meninice fazia coisas de sarapantar. De primeiro passou mais de seis anos não falando. Si o incitavam a falar exclamava:

- Ai! Que preguiça!...e não dizia mais nada. Ficava no canto da maloca, trepado no jirau de paxiúba, espiando o trabalho dos outros e principalmente os dois manos que tinha, Maanape já velhinho e Jiguê na força de homem.

Junto de seus dois irmãos, ele parte em viagem pelo território brasileiro, e acaba por se relacionar com Ci, “Mãe do Mato” (2016, p.29) e guerreira icamiaba, e dela recebe o muiraquitã, um amuleto mágico, antes de subir para o céu e virar estrela.

Terminada a função a companheira de Macunaíma, toda enfeitada ainda, tirou do colar um muiraquitã famoso, deu-o pro companheiro e subiu pro céu por um cipó. É lá que Ci vive agora nos trinquês passeando, liberta das formigas, toda enfeitada ainda, toda enfeitada de luz, virada numa estrela. É a Beta do Centauro. (ANDRADE, 2016, p.33)

Durante sua jornada, Macunaíma perde o muiraquitã, e então descobre que ele está sob posse de Venceslau Pietro Pietra, o Piaimã, um gigante que come gente. A tentativa de recuperar o muiraquitã guia a jornada de Macunaíma, que então vai para São Paulo com Maanape e Jiguê, passando pelo choque do encontro com a cidade.. Essa jornada envolve um passeio pelas regiões do Brasil, que então se misturam na *desgeografização* de Andrade, e contrastam a paisagem urbana com a natureza da qual o herói vem.

Logo no primeiro prefácio da obra, em nota escrita em dezembro de 1926, Andrade já afirma seu interesse e objetivo em destruir os limites regionais na noção de território nacional.

Um dos meus interesses foi desrespeitar lendariamente a geografia e a fauna e flora geográficas. Assim desregionalizava o mais possível a criação ao mesmo tempo que conseguia o mérito de conceber literariamente o Brasil como entidade homogênea - um conceito étnico nacional e geográfico. (ANDRADE, 2013, p.149)

Mário de Andrade enumera elementos culturais de várias partes do país, elegendo “símbolos e significados de diferentes grupos, culturas e regiões”. Com isso, ele busca contrariar o “caráter de totalização e generalização que legitima a autoridade discursiva moderna”, propondo o “entrelaçamento conflituoso entre culturas” (CANEDO *et al*, 2014, p.5).

A viagem de Macunaíma pelo Brasil “elimina as delimitações estaduais”, utilizando do realismo mágico presente na obra para circular “pelo país sem se preocupar com a geografia”; com isso, há uma reformulação das “ideias sobre a nação”, gerando uma verdadeira unidade nacional. Ele “mostra a variedade cultural como uma extensão geográfica”, fazendo então que se desenvolva a consciência de que “não habitamos apenas estados, mas uma nação” (MARTINS, 2006, p.9).

Ele tenta “exibir e expor uma ‘súmula’ do saber sobre o Brasil [...] acompanhado de uma vontade explícita de unificar culturalmente a nação brasileira”, reunindo “todas as regiões, as diversidades geográficas e culturais, as particularidades do país” (CASANOVA, 2002, p.347).

Para Bernd (1992, p.49),

[...] ao criar Macunaíma como um *viajante*, Mário de Andrade rompe com a ideia de tempo voltada para o desejo de reencontro com a origem, concebendo-o como distância: o viajante constrói seu próprio espaço.

Macunaíma “desconstrói estereótipos de uma essência brasileira”, reformulando a identidade nacional a partir de um “herói sem caráter”, diferentemente daquele idealizado como existia no período romântico, passeando livremente pelo “mundo primitivo e civilizado, sem se decidir por nenhum deles, mas por aglutiná-los e utilizá-los indistintamente” (MARTINS, 2006, p.13).

A cena em que Macunaíma, de *preto retinto* passa para *branco de olhos azuis*, é síntese da ideia das raças formativas do Brasil. Mário de Andrade, buscando demonstrar a origem do povo brasileiro, dá sua própria versão para a origem das *três raças* que, de acordo com a percepção de von Martius, seriam as componentes desse povo:

Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus pra indiada brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco louro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas.

Nem bem Jiguê percebeu o milagre, se atirou na marca do pezão do Sumé. Porém a água já estava muito suja da negrura do herói e por mais que Jiguê esfregasse feito maluco atirando água pra todos os lados só conseguiu ficar da cor do bronze novo.

[...]

Maanape então é que foi se lavar, mas Jiguê esborrifara toda a água encantada pra fora da cova. Tinha só um bocado lá no fundo e Maanape conseguiu molhar só a palma dos pés e das mãos. Por isso ficou negro bem filho da tribo dos Tapanhumas. Só que as palmas das mãos e dos pés dele são vermelhas por terem se limpado na água santa.

[...]

E estava lindíssimo na Sol da lapa os três manos um louro um vermelho outro negro, de pé bem erguidos e nus. (ANDRADE, 2016, p.42-43).

Carl Friedrich Phillip von Martius, um alemão lembrado por sua contribuição ao conhecimento do Brasil, pesquisou sobre o país e em suas publicações afirmou que o país viu-se formado pela miscigenação de três raças: a branca, a negra e a indígena (GANZER, 2012, p.8). Para Ricupero (2004, p.125), sua grande contribuição para a historiografia e entendimento da nova nação brasileira foi essa ideia, iniciando “toda uma linha de interpretação do Brasil”, vista claramente no mito fantástico que Andrade nos mostra com a cena citada acima. Enquanto Macunaíma torna-se o representante da raça branca, seus irmãos Jiguê e Maanape, respectivamente, mostram a raça indígena e negra, sendo então “um louro um vermelho outro negro” (ANDRADE, 2016, p.43), as três identidades primárias do país.

O próprio autor de *Macunaíma* escreveu, em seus relatos acerca do folclore brasileiro, sobre o assunto, tendo plena consciência do interesse estrangeiro pela miscigenação aqui existente:

A formação social do Brasil, a fusão de raças diversas aqui tornada possível pelo sistema colonial português, a luta em que vivemos para fixar num país francamente tropical uma civilização de molde europeu, são formas eminentemente dramáticas da sociedade humana que atraem a curiosidade e o estudo dos estrangeiros. (ANDRADE, 2019, p.42)

Essa linha de pensamento é típica da época de Andrade. Há uma revalorização daqueles elementos até então considerados *ruins*, motivos de atraso e vergonha para o Brasil: os modernistas se apropriam das técnicas de vanguarda europeia para dar ao país uma nova identidade que valorize tudo isso, considerando a mestiçagem um elemento essencial, bom e importante para a nacionalidade (SOUZA, 2007, p.154; OLIVEIRA; FERREIRA, 2015, p.2).

Tal processo de aceitação do brasileiro, como ele *realmente* é, rejeitando tanto a visão idealizada romântica quanto a visão negativa com base em ideias racistas vindas da Europa, perpassa também o esforço de construção de uma *língua brasileira*, outro objetivo perseguido por Mário de Andrade. Ele busca construir essa língua a partir da “incorporação orgânica e cumulativa de regionalismos e falares brasileiros” (SOUZA, 2007, p.168), e é em *Macunaíma* que seu esforço artístico “atinge o clímax de sua ‘fala’ literária de modernista”, proclamando nossa “mestiçagem linguística” (LOPEZ, 1996, p.73). Esse “hibridismo cultural e racial”, presente na obra de Andrade, “passa a ser considerado como o grande sustentáculo civilizacional do Brasil” (MELO, 2010, p.220).

Por fatores já discutidos ao tratar do nacionalismo em si, pode-se perceber como a criação artística e pública da língua portuguesa que inclua todas as gírias, regionalismos, e diálogos cotidianos não necessariamente gramaticalmente corretos, realmente *falada* pela população, participa da noção de pertencimento ao grupo que compartilha uma identidade nacional. O povo consegue identificar-se com a *comunidade imaginada* a partir do momento em que consegue se comunicar e, então, compartilhar características que unam esse grupo.

A mudança na percepção da língua também envolve uma grande ruptura com a antiga metrópole, Portugal, já que o Brasil recebeu a língua durante sua colonização. Pela *antropofagia*, pela *mistura de culturas* que aqui ocorreu (e ainda ocorre), o *português brasileiro* tornou-se algo diferenciado do português europeu, e foram incorporadas, com o tempo, palavras, expressões e sotaques mais diversos, principalmente de origem indígena e

africana, que complementam a noção das três raças que formaram o Brasil. A obra funciona como

“[...] o manifesto fundador de uma literatura nacional que reivindicava, enquanto a criava, uma língua escrita brasileira, distinta da ‘língua de Camões’, isto é, do uso correto português.” (CASANOVA, 2002, p.343)

Em seu esforço de retratar o “brasileirismo”, a “língua falada pelo cotidiano nacional, com seus vulgarismos e regionalismos e sua filosofia popular através de sátiras e provérbios”, Mário de Andrade construiu uma obra irônica com ritmo próprio, através de enumerações, “em ritmo de embolada”, acompanhada de “bricolagem e da paródia”, como relatado por Nakashima (2016, p.7) e Lopez (1996, p.98). Por exemplo:

Então Macunaíma sentou numa barranca do rio e batendo com os pés n’água espantou os mosquitos. E eram muitos mosquitos, piuns maruins arurus tatuquiras muriçocas meruanhas mariguís borrachudos varejas, toda essa mosquitada. (ANDRADE, 2016, p.23)

Em várias partes de *Macunaíma* esses elementos são perceptíveis, com o autor buscando não grafar o português gramaticalmente correto, mas sim a sonoridade do falar brasileiro, banalizando a norma culta (NAKASHIMA in ANDRADE, 2016, p.12). Dentro da própria obra encontra-se, na narrativa, essa crítica ativa: “Ora sabereis que a sua riqueza de expressão intelectual é tão prodigiosa, que falam numa língua e escrevem noutra.” (ANDRADE, 2016, p.86). E também no capítulo seguinte: “Macunaíma aproveitava a espera se aperfeiçoando nas duas línguas da terra, o brasileiro falado e o português escrito” (ANDRADE, 2016, p.88).

Para Casanova (2002, p.350), “a particularidade desse ‘herói sem nenhum caráter’ [...] é que ele é um ‘mau’ selvagem, concebido ao contrário de todos os pressupostos do ‘herói’ nacional, encarnação dos valores nacionais.”

E, mesmo assim, “tenta de fato proporcionar fundamentos à nação brasileira” (CASANOVA, 2002, p.352), principalmente através do mito das três etnias fundadoras, demonstradas pela transformação de Macunaíma e seus irmãos.

Apesar de Andrade chamar Macunaíma de *herói*, ele utiliza termos que dão características antônimas àquelas existentes no “modelo grego”, satirizando assim a “imagem clássica, pois trazendo palavras que o torna um ser comum faz também com que este seja humanizado” (ANDRADE; OLIVEIRA, 2010, p.2).

Esse anti-herói mostra sua oposição ao índio idealizado de Andrade em sua trajetória de vida: Macunaíma se transformava em “príncipe lindo” para “brincar” com a cunhada Sofará (ANDRADE, 2016, p.18-19) e, repetindo seu bordão durante toda a obra, “ai...que preguiça!” reclamava. Assim, ele agia como “alguém que visa à própria satisfação sem sentimentos de culpa algum. Uma espécie de herdeiro de todas as culturas e ideologias dos diversos povos que colaboram para a formação do Brasil [...]” (COELHO, MADEIRA, 2011, p.175).

Mesmo com tais diferenças, Mário de Andrade assume a relevância do Romantismo, tanto para a identidade nacional quanto para o conhecimento da cultura popular:

[...] foi o movimento intelectual do Romantismo que chamou a atenção dos escritores para as manifestações tradicionais populares e provocou as primeiras colheitas sistemáticas de documentos. (ANDRADE, 2019, p.27)

Não se pode esquecer que foi através de estudos acerca do folclore e cultura popular brasileira que Andrade chegou à lenda de Macunaíma, que então originou sua obra original.

Macunaíma “implode as noções etnocêntricas empenhadas em descrever e exaltar a *alma brasileira*”, desconstruindo assim os “estereótipos fundados na existência de uma *essência* brasileira imutável” (BERND, 1992, p.50). O próprio autor considera que “os melhores elementos duma cultura nacional aparecem nele [*Macunaíma*]” (ANDRADE, 2013, p.153).

Para Neiva e Vieira (2014, p.71) esse reflexo de uma cultura e identidade nacional gerou efeitos importantes, com base no conceito de Anderson (2017):

[...] o *status quo* da Nação maiúscula brasileira foi deliberadamente construído, formando uma comunidade imaginada, ancorada na idealização dos elementos locais, durante o Romantismo, e na valorização desses elementos como forma de expressão da autonomia, durante o Modernismo.

Considerações finais

Na América Latina, o período romântico desenvolveu o “conceito de nação e o sentimento nacionalista” (PERRONE-MOISÉS, 1991, p.249). Como discutido no tópico sobre o Romantismo (2.1),

[...] a tentativa de definição do *povo* brasileiro aparece sempre nebulosa neste período, na medida em que busca a semelhança com o folclore branco-europeu [...] as principais dificuldades na construção desta imagem de empréstimo estariam nos próprios fundamentos diferenciais de formação da nação brasileira, então baseada na escravidão, na miscigenação e numa recente independência política. (RIBEIRO, 2006, p.147)

Ou seja, apesar do rompimento político e econômico com Portugal, a elite intelectual brasileira continuou com suas percepções ligadas às visões eurocêntricas, que auxiliaram na conceitualização do Brasil como um país formado por um indígena original, cercado pelo paraíso como paisagem. As dificuldades de “construção desta imagem de empréstimo”, tomando o movimento literário romântico diretamente da Europa, vieram do próprio contexto histórico brasileiro, baseado na “escravidão, na miscigenação e numa recente independência política” (RIBEIRO, 2006, p.147).

Como refletido na seção acerca da identidade nacional e do nacionalismo, essa construção teórica, intelectual, artística e literária, é parte essencial do desenvolvimento do Estado-nação moderno e, apesar das claras diferenças de formação entre o Brasil e a Europa, que tomou papel de metrópole colonizadora, auxiliou na criação de uma nação independente e com passado próprio.

O nacionalismo se estabeleceu, no Brasil, a partir da “instalação de tradições, desenvolvendo um conjunto de rituais e símbolos, os quais se tornam legitimadores de condutas e práticas”, a partir da *invenção de tradições* (conceito de Hobsbawm, também detalhado na primeira parte do trabalho) como “estratégia de construção discursiva” (NEIVA; VIEIRA, 2014, p.64).

Isso foi percebido em José de Alencar, como visto, através do realce que este confere a alguns elementos, como os “traços indianistas, a exaltação do passado lendário, a idealização da natureza, o sertanismo, o regionalismo, a descrição dos costumes urbanos, a língua portuguesa abasileirada, numa espécie de painel da vida brasileira.” (NEIVA; VIEIRA, 2014, p.64)

Diferentemente de Alencar, Mário de Andrade e o Modernismo buscaram “ressignificar o processo de gestação nacionalística” (NEIVA; VIEIRA, 2014, p.68). Houve, nesse período, um “nacionalismo mais crítico [...] cuja soberania estaria diretamente ligada à supressão do elemento português e ao questionamento da arte de elite, formulada segundo padrões rígidos de construção”.

A falta de caráter de Macunaíma é o que o diferencia de Peri, herói de Alencar, sendo “singular em meio aos discursos até então feitos sobre o caráter nacional” (SOUZA, 2007, p.152). Além de suas claras falhas, que o diferenciam da idealização do “bom selvagem”, Andrade também o coloca em uma posição de metamorfose, de mutação, ao trocar sua raça através do realismo mágico, mostrando “mudanças que os brancos exerceram sobre os índios e negros, durante o período do descobrimento e da colonização” (MARTINS, 2006, p.3).

José de Alencar ignora a existência do negro escravo em sua obra, por possíveis motivos já discutidos — o temor da elite de uma revolta negra, e a inexistência de demografia relevante de indígenas—, tratando apenas do habitante nativo, o índio, e seu “senhor”, o branco europeu.

Enquanto Alencar almeja criar uma nação nova, recém independente, Andrade quer *recriar*, a partir de sua perspectiva crítica, incluindo todos esses elementos. São claras as diferenças existentes entre as obras dos dois autores, e é por meio delas que conseguimos perceber o quanto a imagem do Brasil foi sendo alterada. Para Bernd (1992, p.47),

[...] o projeto de Alencar consistiu em atribuir qualidades positivas ao índio, fundando a ancestralidade a partir do processo de aculturação e desculturação das duas etnias (branca e indígena) [...]

[...] a criação de Mário de Andrade surge como um contradiscurso a esta consistência hegemônica que vinha se firmando ao longo de nossa história.

O Guarani (1857) tem, como discutido, um indianismo mitificado e idealizado na visão corrente do *bom selvagem*, formador de uma genética positiva e individual brasileira, oposta aos *selvagens ruins*, bárbaros, inimigos do protagonista Peri e dos brancos com os quais convivia. A obra de Mário de Andrade, por outro lado, busca, através da ironia e da “desgeograficalização”, mostrar uma nova interpretação do Brasil, de forma mais crítica e direta, fugindo das influências europeias e utilizando-se de relatos etnográficos que complementem sua busca por uma autenticidade ligada à sua interpretação do que

considerava a origem da identidade nacional. Isso, por sua visão, poderia diferenciar culturalmente o Brasil e permitir sua modernização (LOPEZ, 1996).

Enquanto Peri é descrito como herói, sendo comparado com o cavaleiro europeu em um esforço de o *embranquecer*, mostrando-o um índio bom, o verdadeiro *bom selvagem* de Rousseau, Macunaíma é, desde o início da obra, o *herói sem caráter*. Ele funciona assim quase como uma caricatura de Peri, sendo o anti-herói da narrativa. Há, com o Modernismo de Andrade, a “destruição dos modelos ritualizados, que são substituídos por outros caracterizados basicamente pela inversão parodística” (BERND, 1992, p.48). Diferentemente de Alencar, que cria mitos fantásticos não só desconsiderando o negro (então escravizado), como também a própria realidade do indígena, Mário de Andrade busca, com seu foco folclórico,

alicerçar na realidade contemporânea um processo de construção identitária de origem literária e fundamentos míticos. Um processo cujas bases [...] foram delineadas por José de Alencar em *O Guarani*. (SOUZA, 2007, p.161)

Para Lopez (1996, p.75), enquanto os românticos como Alencar representaram os “heróis cristalinos e positivos” superando problemas até “atingir um propósito bem definido, pondo a realização no círculo das possibilidades individuais”, Andrade foge dessa “psicologia da integridade”, enaltecendo de forma crítica tudo aquilo que, não-idealizado, forma o Brasil. Diferentemente dos românticos, também, Mário de Andrade e seus contemporâneos modernistas, ao dar continuidade ao projeto de construção da identidade nacional, buscaram modernizar essa visão, rejeitando e satirizando a perspectiva eurocêntrica anterior (JARDIM, 2015, p.71).

O Romantismo buscou a “origem nacional na pureza do índio”, e o Modernismo a encontrou em meio às “características antes descritas como inferiores”, que deixaram de ser “motivo de constrangimento” (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015, p.6). Principalmente em *Macunaíma*, Mário de Andrade desconstrói o herói indígena puro que José de Alencar utilizou para retratar as origens brasileiras, “dando lugar a um herói indolente, aproveitador e preguiçoso”, além de mostrar a paisagem nacional como uma “terra cheia de males” (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015, p.8), com o *slogan* que Macunaíma enuncia durante a obra: “pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são” (ANDRADE, 2016, p.85).

A comparação entre os períodos literários e suas interpretações acerca da identidade nacional brasileira realizada, pode ser resumida pelas palavras de Neiva e Vieira (2014, p.71):

[...] o *status quo* da nação brasileira foi deliberadamente construído, formando uma comunidade imaginada, ancorada na idealização dos elementos locais, durante o Romantismo, e na valorização desses elementos como forma de expressão da autonomia, durante o Modernismo.

A análise dos períodos Romântico e Modernista, sob aspectos enunciados pela discussão sobre o desenvolvimento histórico das nações modernas, tornaram possível perceber como as noções identitárias foram mudando de acordo com os contextos e realidades históricas de cada autor. Enquanto o movimento romântico ainda era próximo à Europa, com suas perspectivas excludentes e eurocêtricas, dando foco ao elemento paradisíaco da paisagem e ao indígena como habitante original, através da idealização fantasiosa, o movimento modernista percebeu que a sociedade brasileira era formada por várias raças e culturas, dando atenção a essa miscigenação.

Com isso, e a revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento do Estado-nação moderno, relacionando-o com a literatura nacional, com base nas obras escolhidas para análise, foi possível obter um melhor entendimento das diferentes interpretações do que seriam as características essenciais da *identidade nacional* do Brasil.

Apesar disso, lança-se a problemática que está diretamente ligada à característica da nação que busca unir as diferenças e diversidades em uma “identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2006, p.59). É necessário “ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para ‘costurar’ as diferenças numa única identidade” (2006, p.65).

Até onde vai a identificação com a nação, no período Romântico, em que a elite intelectual excluiu o negro, por sua comodidade em manter o *status quo* da base escravista no Brasil? Até onde a percepção de Mário de Andrade, com sua miscigenação e mito das três raças, em *Macunaíma*, reflete a diversidade no Brasil, ainda marcada pela desigualdade social, racial e econômica? O presente trabalho não buscou cobrir todas as questões que, como estas citadas, poderiam complementar o entendimento da formação do Brasil e seu processo de desenvolvimento até os dias atuais, mas considera necessário partir da perspectiva de que as formações das nações modernas passou por processos conectados, desde a criação da *checklist* que se reproduz com as particularidades de cada país, até pela identificação do Outro que possibilita o entendimento da própria identidade.

Bibliografia

- ALENCAR, José de. **Iracema**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- ALENCAR, José de. **O Guarani**. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ANDRADE, Mário de. **Aspectos do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global, 2019.
- ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**. São Paulo: Martin Claret, 2016.
- ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- ANDRADE, Mônica, OLIVEIRA, Ana. A brasilidade em Macunaíma: uma construção a partir do anti-herói. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2010.
- ARNT, Gustavo. A literatura brasileira e a questão nacional. **XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências**. São Paulo, jul./2008.
- BALDO, Luiza. A identidade nacional: matizes românticos no projeto modernista. Universidade Estadual de Londrina: **Revista Boitatá**, v. 1, n. 1, 2006, p. 91-104.
- BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.
- BOSI, Alfredo, **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2017.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 2000.
- CANEDO, Vanessa, MAGALHÃES, Larissa, MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Macunaíma: um discurso de ressignificação da identidade nacional brasileira a luz do pós-colonial. Anais do Congresso Africanidades e Brasilidades, **Periódicos UFES**, n. 1, 2014.
- CARRAZZA, Isabella. **A formação da identidade nacional brasileira a partir da literatura**. Trabalho de conclusão de curso, UnB, 2013.
- CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- DEBRUN, Michel. A identidade nacional brasileira. **Estudos Avançados**, v. 4, n. 8, p. 39-49, 1 abr. 1990.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **BAKHTINIANA**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 2009.
- GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**. Nova York: Cornell University Press, 1983.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. A construção das nações. In: **A Era do Capital**, 1848-1875. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017a, p. 137-160.
- HOBSBAWM, Eric. Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo. In: **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016a, p. 223-256.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016b.
- HOBSBAWM, Eric. O nacionalismo. In: **A Era das Revoluções: 1789 - 1848**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b, p. 213-232.
- HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- HUTCHINSON, John., SMITH, Anthony (org.). **Nationalism**. Estados Unidos: Oxford University Press, 1995.
- JARDIM, Eduardo. **Mário de Andrade: eu sou trezentos: vida e obra**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
- LOPEZ, Telê Ancona. **Mariodeandradiando**. São Paulo: Editora Hucited, 1996.
- JARDIM, Eduardo. **Mário de Andrade: eu sou trezentos: vida e obra**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
- MACIEL, Fabrício. Construção nacional e aprendizado político: o saber-poder da brasilidade. **Caderno CRH**, UFBA, v. 23, n. 60, 2010, p. 559-577.
- MARTINS, Cláudia Mentz. As metamorfoses em *Macunaíma*: (re)formulação da identidade nacional. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas**, PPG-LET-UFRGS, Porto Alegre, v. 02, n. 01, jan/jun 2006.
- MELO, Alfredo Cesar. Macunaíma: entre a crítica e o elogio à transculturação. University of Pennsylvania Press, **Hispanic Review**, v. 78, n. 2, 2010, p. 205-227.
- NEIVA, Luciano, VIEIRA, Nanci. Representações nacionalistas na formação histórico-literária brasileira. **IPOTESI**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, jan./jun. 2014, p. 63-72.
- OLIVEIRA, Rita de Cássia, FERREIRA, Shirley. Literatura e identidade nacional: desafios do romantismo e modernismo brasileiros. **Revista Eletrônica**, Fundação Educacional São José, n. 9, set./2015.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, p. 245-259, 1 ago. 1997.
- PIRES JÚNIOR, Sidney. Nacionalismo e projeto nacional em Mário de Andrade. Universidade Federal de Goiás: **Revista de Teoria da História**, ano 5, n. 10, dez./2013, p. 114-131.

PESAVENTO, Sandra. Literatura, história e identidade nacional. **Vidya**. Santa Maria. V. 19, n. 33 (jan./jun. 2000), p. 9-27.

RIBEIRO, Cristina Betioli. Folclore e nacionalidade na Literatura Brasileira do século XIX. **Tempo**, v. 10, n. 20, p. 143-158, 2006.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)**. Coleção Temas Brasileiros. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Darlene. José de Alencar: (des)construção da identidade nacional. **IV SEPEXLE: Seminário de Pesquisa e Extensão em Letras**, maio/2012.

SOUZA, Ricardo. Mário de Andrade e a construção da identidade nacional: impasses de um projeto. UFSC: **Revista Esboços**, n. 15, 2007, p. 149-172.

THIESSE, Anne-Marie. How countries are made: the cultural construction of european nations. **Contexts**, v. 2, n.º. 2, 2003, p. 26-32.

THIESSE, Anne-Marie. **La création des identités nationales: Europe XVIII^o-XIX^o siècle**. França: Seuil, 2001.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WASSERMAN, Renata. The Red and the White: The “Indian” Novels of José de Alencar. **PMLA**, v. 98, n. 5, out.1983, p. 815-827.